



DIÁRIO

da Assembleia da República

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

COMISSÃO PERMANENTE

REUNIÃO DE 14 DE AGOSTO DE 2003

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota AmaralSecretários: Ex.^{mos} Srs. Manuel Alves de Oliveira
Ascenso Luís Seixas Simões

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 25 minutos.

Deu-se conta da apresentação do proposta de lei n.º 81/IX, do projecto de lei n.º 336/IX, da apreciação parlamentar n.º 53/IX, dos projectos de resolução n.ºs 168 a 172/IX e dos projectos de deliberação n.ºs 22 e 23/IX, bem como de requerimentos e da resposta a alguns outros.

Após intervenção do Sr. Presidente da Assembleia da República de expressão de pesar e solidariedade para com as vítimas dos incêndios, a Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Procedeu-se a um debate sobre a problemática dos incêndios florestais, tendo usado da palavra, a diverso título, além dos Srs. Ministros da Administração Interna (Figueiredo Lopes), da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (Sevinate Pinto) e dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes), os Srs. Deputados Carlos Carvalhas (PCP), Luís Fazenda (BE), Fernando Serrasqueiro (PS), Isabel Castro (Os Verdes), Mota Andrade, José Miguel Medeiros, Manuel Alegre e Eduardo Ferro Rodrigues (PS), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Leonor Beza (PSD) e Luís Duque (CDS-PP).

Foram ainda discutidos, conjuntamente, os projectos de resolução n.ºs 170/IX — Expressa voto de pesar pelas vítimas

dos incêndios, manifesta solidariedade aos Bombeiros e reconhecimento à Protecção Civil, às Forças Armadas, às Forças de Segurança e aos Autarcas e recomenda ao Governo a adopção de medidas urgentes de apoio às populações e de repovoamento e reordenamento florestal (PSD e CDS-PP), 171/IX — Manifesta pesar e solidariedade às vítimas de incêndios e recomenda medidas de apoio às populações e de recuperação das zonas atingidas (PS) e 172/IX — Medidas de emergência face à catástrofe dos incêndios florestais (Os Verdes) e o projecto de deliberação n.º 23/IX — Constituição de uma comissão eventual para os incêndios florestais (PCP).

Após terem usado da palavra, a diverso título, os Srs. Deputados Guilherme Silva (PSD), Luís Fazenda (BE), António Costa e Vitalino Canas (PS), Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP), Lino de Carvalho (PCP) e Isabel Castro (Os Verdes) e o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, foi aprovado o projecto de deliberação n.º 24/IX — Pesar e solidariedade perante a calamidade nacional motivada pelos fogos florestais (Presidente da AR).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 18 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas e 25 minutos.

Srs. Deputados presentes à reunião:

Partido Social Democrata (PSD):

Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António Joaquim Almeida Henriques
 Arménio dos Santos
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 João Bosco Soares Mota Amaral
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte

Partido Socialista (PS):

António Luís Santos da Costa
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Jorge Lação Costa
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Vitalino José Ferreira Prova Canas

Partido Popular (CDS-PP):

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 Luís José Vieira Duque
 Narana Sinai Coissoró

Partido Comunista Português (PCP):

António João Rodeia Machado
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 Lino António Marques de Carvalho

Bloco de Esquerda (BE):

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Manuel Oliveira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas: proposta de lei n.º 81/IX — Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva 2000/43/CE, do Conselho, de 29 de Junho de 2000, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre as pessoas, sem distinção de origem racial ou étnica, tendo por objectivo estabelecer um quadro jurídico para o combate à discriminação baseada em motivos de origem racial ou étnica; projecto de lei n.º 336/IX — Regime especial do exercício do direito de reversão e de indemnização no âmbito das expropriações realizadas no abrigo do Decreto-Lei n.º 270/71, de 19 de Junho (CDS-PP); apreciação parlamentar n.º 53/IX (PCP) — Decreto-Lei n.º 128/2003, de 26 de Junho (Altera os prazos de entrega do pagamento especial por conta de 2003); projectos de resolução n.ºs 168/IX — Visando a intervenção urgente do Governo no escoamento dos excedentes de vinho de pasto na Região Demarcada do Douro (PCP), 169/IX — Audição parlamentar de avaliação da situação nacional em matéria de alcoolismo e problemas ligados ao álcool e do Plano Alcoológico Nacional (PCP), 170/IX — Expressa voto de pesar pelas vítimas dos incêndios, manifesta solidariedade aos bombeiros e reconhecimento à protecção civil, às forças armadas, às forças de segurança, aos autarcas e recomenda a adopção de medidas urgentes de apoio às populações e de repovoamento e reordenamento florestal (PSD e CDS-PP), 171/IX — Manifesta pesar e solidariedade às vítimas de incêndios e recomenda medidas de apoio às populações e de recuperação das zonas atingidas (PS) e 172/IX — Medidas de emergência face à catástrofe dos incêndios florestais (Os Verdes); e projectos de deliberação n.ºs 22/IX — Programa específico de favorecimento do acesso ao Parlamento pela parte de pessoas com deficiência (PSD) e 23/IX — Constituição de uma comissão eventual para os incêndios florestais (PCP).

Sr. Presidente, foram também apresentados diversos requerimentos.

Nos dias 18, 21, 22 e 23 de Julho — Ao Tribunal de Contas, formulado pelo Sr. Deputado Ascenso Simões; ao Governo e aos Ministérios da Segurança Social e do Trabalho, das Obras Públicas, Transportes e Habitação, da Justiça, da Educação, da Saúde, da Ciência e do Ensino Superior e à Câmara Municipal de Lisboa, formulados pelos Srs. Deputados Heloísa Apolónia, Augusto Santos Silva, Bruno Dias e Duarte Pacheco; aos Ministérios da Economia, das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente, da Defesa Nacional, da Administração Interna e à Câmara Municipal de Vila do Conde, formulados pelos Srs. Deputados Isabel Castro e João Rebelo; aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Administração Interna e à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, formulados pelos Srs. Deputados Maria Manuela Aguiar e Bernardino Soares; aos Ministérios da Cultura, da Educação e dos Negócios Estrangeiros, formulados pela Sr.ª Deputada Luísa Mesquita; aos Ministérios da Segurança Social e do Trabalho, das Finanças e da Economia, formulados pelo Sr. Deputado Luís Fazenda.

Nos dias de 23, 24, 28 e 29 de Julho — Aos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e das Obras Públicas, Transportes e Habitação, formulados pelo Sr. Deputado José Apolinário; à REFER e às Câmaras Municipais de Viana do Castelo e Arcos de Valdevez, formulados pelo Sr. Deputado Jorge Nuno Sá; aos Ministérios da Educação, da Administração Interna, da Agricultura

ra, Desenvolvimento Rural e Pescas, da Saúde, das Obras Públicas, Transportes e Habitação, da Segurança Social e do Trabalho e das Finanças, formulados pelos Srs. Deputados Gonçalo Capitão, Ana Manso, Celeste Correia, Bruno Dias e António Filipe; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulados pelos Srs. Deputados Carlos Luís e Alberto Costa; aos Ministérios da Economia, das Finanças, e da Segurança Social e do Trabalho, à Secretaria das Comunidades Portuguesas e à Câmara Municipal de Pinhel, formulados pelos Srs. Deputados Leonor Coutinho, Rodeia Machado e Fernando Cabral; ao Sr. Primeiro-Ministro e à Câmara Municipal de Palmela, formulados pelo Sr. Deputado Luís Fazenda; à Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas, formulado pelo Sr. Deputado Eduardo Moreira; aos Ministérios das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e da Justiça, formulados pelas Sr.^{as} Deputadas Luísa Mesquita e Isabel Castro.

Nos dias 30 e 31 de Julho e 1 de Agosto — Aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna e da Ciência e do Ensino Superior, formulados pelos Srs. Deputados Carlos Luís, Manuel Alegre, Bruno Dias e Luísa Mesquita; aos Ministérios da Saúde e da Justiça, formulados pelos Srs. Deputados Bernardino Soares e Honório Novo; aos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, da Segurança Social e do Trabalho, da Justiça e das Finanças, formulados pela Sr.^a Deputada Odete Santos; aos Ministérios das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e à Câmara Municipal de Sintra, formulados pela Sr.^a Deputada Isabel Castro e à Ministra de Estado e das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins.

Nos dias 1, 5, 7 e 8 de Agosto — Aos Ministérios das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e da Educação, à Secretaria de Estado do Ordenamento do Território, à Câmara Municipal de Sesimbra e à Assembleia Municipal de Sesimbra, formulados pelo Sr. Deputado Narana Coissoró; aos Ministérios da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, da Ciência e do Ensino Superior e à Secretaria de Estado da Juventude e Desportos, formulados pelo Sr. Deputado Bruno Dias; aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças, formulados pelos Srs. Deputados Carlos Alberto Gonçalves e Carlos Luís; ao Ministro da Presidência, formulado pelo Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

Por sua vez, o Governo respondeu a requerimentos apresentados por vários Srs. Deputados.

No dia 22 de Julho — Honório Novo, Maria Manuela Aguiar, João Teixeira Lopes, Eduardo Moreira, Bernardino Soares, António Galamba, Vitalino Canas, José Apolinário, José Junqueiro, Almeida Henriques, Vasco Cunha e Bruno Dias.

No dia 23 de Julho — Luísa Mesquita, Bruno Dias, Joana Amaral Dias, Massano Cardoso, Miguel Anacoreta Correia, Narana Coissoró, Manuel Oliveira, Ascenso Simões, Jamila Madeira, José Junqueiro, António Galamba, José Augusto de Carvalho, Rodeia Machado, Fernando Pedro Moutinho e Heloísa Apolónia.

Nos dias 25 e 28 de Julho — José Apolinário, Guilherme d'Oliveira Martins, Honório Novo, João Teixeira Lopes, António Filipe e Pina Marques.

No dia 4 de Agosto — Ascenso Simões, Bruno Dias, Massano Cardoso, Fernando Cabral, Guilherme d'Oliveira Martins, Nelson Correia, João Pinho de Almeida, José

Miguel Medeiros, Luís Fazenda, Honório Novo, Fernando Pedro Moutinho, Luísa Mesquita, António Galamba, José Apolinário e Ana Manso.

No dia 7 de Agosto — Carlos Luís, António Galamba, António José Seguro, Artur Penedos, Fernando Pedro Moutinho e Luísa Mesquita.

No dia 8 de Agosto — Fernando Pedro Moutinho, Fernando Cabral, Joaquim Ponte, Vicente Merendas, Luísa Mesquita, Honório Novo, Miranda Calha, Bernardino Soares, António Galamba, Isilda Pegado, Bruno Dias e Isabel Castro.

Foram ainda respondidos requerimentos apresentados por vários Srs. Deputados.

Nos dias 22 a 24 de Julho — António Galamba, Paulo Veiga, Isabel Castro e João Rebelo.

No dia 28 de Julho — Luís Fazenda e António Galamba.

Nos dias 3, 4, 5 e 6 de Agosto — Jorge Nuno Sá.

No dia 7 de Agosto — Jamila Madeira, Jorge Nuno Sá e António Galamba.

Nos dias 11, 13 e 14 de Agosto — Jorge Nuno Sá e Fernando Cabral.

Em matéria de expediente, é tudo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República realiza-se com carácter extraordinário, interrompendo as habituais (e, aliás, merecidas) férias do Parlamento, a fim de nos debruçar sobre uma situação que a todos preocupa e que atinge gravemente o nosso país.

Portugal, o território continental da República, encontra-se, desde o início deste mês de Agosto, submetido a intensos fogos florestais que criaram uma situação de verdadeira calamidade nacional. Como tal, o Parlamento não podia, de forma alguma, ficar de portas fechadas quando tantos dos nossos concidadãos vêem as suas vidas em perigo — alguns perderam-na mesmo —, o seu património destruído, quando todos nós, como portugueses, nos sentimos a empobrecer com as chamas a destruírem (pois só dificilmente pode fazer-se frente) hectares e hectares de floresta, que levaram nalguns casos dezenas e dezenas de anos a crescer.

É perante uma situação que o Governo já classificou, e muito bem, de calamidade nacional que a Comissão Permanente hoje reúne, e julgo que o primeiro acto desta reunião extraordinária deve ser o de uma expressão muito sentida do nosso pesar e da nossa solidariedade para com as vítimas dos incêndios.

Antes do debate com o Governo sobre a problemática dos incêndios florestais, julgo adequado e mesmo absolutamente insubstituível que a nossa primeira atitude seja a de manifestarmos o nosso pesar e a nossa solidariedade e exprimi-los através de 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, ao abrigo da nossa competência de acompanharmos o trabalho do Governo e da Administração no que diz respeito às questões de interesse nacional, esta reunião da Comissão Permanente foi por mim convocada depois de ter estabelecido contacto com os líderes de todos os grupos parlamentares e respeitando as iniciativas, que entretanto surgiram, de diversas bancadas no sentido de realizarmos esta reunião para apreciarmos a situação originada pelos fogos florestais.

Perante a crise que o País atravessa, teremos certamente todo o interesse em ouvir o Governo e com ele debatermos a presente situação.

Para intervir em nome do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna (António Figueiredo Lopes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A partir de 20 de Julho último, Portugal foi assolado por um fenómeno de características meteorológicas com tal adversidade que provocou uma vaga de incêndios florestais perfeitamente excepcional, não só pelo número de ocorrências registado mas, principalmente, pela violência com que cada situação se desenvolveu, originando um rasto de destruição avassalador, quer para a vida e bens da população das áreas atingidas, quer para o património florestal e, consequentemente, para a economia do País.

Assistiu-se a incêndios com um comportamento extremo e errático, pulverizados por acção dos ventos fortes e instáveis, provocados em muitos casos pela ocorrência de trovoadas secas e auxiliados por temperaturas que, nos seus mínimos, foram sempre superiores a 30 graus e que, nos máximos, chegaram a atingir os 47 graus.

Este fenómeno teve as consequências mais gravosas de que há memória e pôs à prova todo um trabalho desenvolvido atempadamente pelos serviços competentes, com vista a um quadro de normalidade para a época do ano, identificado pela análise de situações vividas no período anterior e, portanto, preparado para situações normais.

Da mesma forma, constituiu um primeiro e forte desafio à capacidade de todos para responder à extraordinária situação de excepção de todo em todo imprevisível.

Com efeito, como é possível prever a ocorrência e a combinação de tantos factores adversos e nunca antes vistos?

Fala-se de falta de meios. Mas quem é que, tendo estado face a face com as gigantescas labaredas, acredita que era possível garantir e dispor imediatamente dos meios suficientes para vencer um inimigo poderosíssimo, que não dá tréguas?

A verdade é que em situações destas nunca há meios que cheguem para combater incêndios com tamanhas dimensões e extensão. Mesmo países bem mais ricos e tecnologicamente bem mais desenvolvidos do que o nosso, como a França, se viram forçados a lançar apelos à cooperação e à ajuda internacional.

Estávamos organizados para a campanha dos incêndios florestais de 2003, mas, face à anormalidade da situação e à necessidade de reforçar meios, recorremos à cooperação internacional, tendo obtido apoios de Espanha, Itália, Alemanha e Marrocos.

Também se recorreu à cooperação nacional, com a mobilização de meios da GNR, da Cruz Vermelha Portuguesa, do INEM e militares. Nunca no nosso país se conseguiram reunir e aplicar tão numerosa quantidade de meios, humanos e materiais, viaturas, aviões e helicópteros.

Sob o ponto de vista da estratégia por mim definida para o Centro Nacional de Operações de Socorro, as prioridades do combate aos incêndios ficaram estabelecidas a partir de 31 de Julho de 2003 pela seguinte ordem: primeiro, a protecção das pessoas; segundo, a defesa das habitações; terceiro, o combate indirecto com máquinas de rasto e contra fogos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Tenho de concluir que tudo foi feito para dar resposta adequada à situação. Não

houve negligências no accionamento de todos os mecanismos e sistemas operacionais da responsabilidade do Centro Nacional e dos Centros Distritais de Operações de Socorro.

Se houve ou não problemas na execução das operações, na adopção das táticas mais adequadas às diferentes situações, isso será apurado a seu tempo, no âmbito do livro branco que nos propomos apresentar até ao dia 15 de Outubro.

Dessa análise, retiraremos, sem dúvida, as lições para melhorar todo o sistema de protecção civil e, porque não?, para melhorar também a organização existente no que respeita à tipificação dos corpos de bombeiros voluntários, aos planos de reapetrechamento, à formação e treino, ao sistema de financiamento e a tantas e tantas outras medidas inseridas na estratégia que estamos a seguir nesta área, conforme o meu compromisso perante representantes de todas as corporações, associações e federações de bombeiros, na magna reunião de bombeiros que convoquei na Figueira da Foz, em 13 de Julho de 2002.

Mas que ninguém duvide: os homens e mulheres que directamente estiveram neste esforçado combate não têm problemas de consciência, porque, quer no âmbito da coordenação, quer nas difíceis tarefas de comando e de execução das operações de combate às chamas, todos fizeram o seu melhor, muitos deles até ao limite das suas forças e à custa da própria vida, como foi o caso do bombeiro João Francisco Tavares da Silva, da Corporação de Figueira de Castelo Rodrigo, falecido logo no início das operações num grave acidente, e do bombeiro Francisco Anselmo Franco, da Corporação de Castelo de Vide, de cujo falecimento acabámos tristemente de tomar conhecimento. A ambos presto neste momento as minhas sentidas homenagens.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Temos ouvido críticas, o que é natural. Não tanto vindas daqueles com quem estivemos, isto é, das populações e dos autarcas, que têm estado ao lado dos bombeiros no combate às chamas. Mas há uma crítica que não posso aceitar: a de que o Governo demorou a reagir ou que esteve mesmo ausente. Não, Srs. Deputados! Não aceito esta crítica! Diria mesmo: esta é a mais injusta de todas as críticas. É que, desde o primeiro dia de incêndios de grande dimensão que deflagraram nos concelhos da Sertã, Mação e Vila de Rei, não falhámos um único ponto no amplo quadro de decisões da responsabilidade do Governo, tanto no âmbito da tutela do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e do Centro Nacional de Operações de Socorro, como no accionamento de todos os mecanismos da protecção civil.

Estivemos, como sempre temos estado, ali onde é necessário impulsionar a acção ou tomar opções. Esse é o meu sentido de responsabilidade. Essa foi sempre a minha postura de serviço público, fruto de uma longa experiência que me impele mais à acção e à descrição do que à exibição.

No Centro Nacional de Operações de Socorro, como no terreno, senti ser meu dever privilegiar o apoio aos bombeiros, esses heróicos «soldados da paz».

Visitámos as populações atingidas por esta calamidade, juntamente com os Srs. Ministros da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente e outros membros do Governo, procurando confortar os que sofriam e levar sempre uma palavra de esperança e de compromisso. Fizemo-lo sempre em articulação com o Sr. Primeiro-Ministro, que também este-

ve várias vezes no terreno nos momentos mais dramáticos, em contacto com as populações e com os autarcas dos concelhos mais atingidos.

Também acompanhou esta situação o Sr. Presidente da República, que, mais do que uma vez, visitou aquelas áreas.

O Sr. Primeiro-Ministro e eu próprio estamos a acompanhar esta terrível calamidade desde o início. O nosso compromisso, o compromisso do Governo, foi sempre o de tudo fazer para ajudar a minorar o sofrimento e as graves consequências desta tremenda calamidade.

Na convicção de que o pior já tinha passado, o Governo decidiu, logo a seguir aos primeiros incêndios, no dia 24 de Julho, adoptar, em resolução do Conselho de Ministros, um conjunto de medidas que visavam minimizar os danos decorrentes dos primeiros incêndios que quatro dias antes tinham deflagrado nos concelhos de Vila de Rei, Sertão e Mação. Pode o Governo ser acusado de não ter previsto a terrível calamidade que se abateria nessa mesma região alguns dias mais tarde?

Mesmo assim, não perdeu tempo face ao agravamento dramático da situação. Perante a constatação da ocorrência de elevados prejuízos e vítimas mortais provocados pelos incêndios, resolveu declarar a situação de calamidade pública nos distritos atingidos, por resolução do Conselho de Ministros de 4 de Agosto. Os portugueses já conhecem bem as medidas de emergência e também as medidas programáticas de médio e longo prazos que constam dessa resolução.

Também não perdemos um minuto a accionar o Fundo de Solidariedade da União Europeia e em apenas dois dias organizámos uma visita da Comissão Europeia em exercício e em representação do Presidente da Comissão Europeia, que, na companhia do Comissário António Vitorino, visitou comigo algumas áreas devastadas e falou com diversos autarcas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É minha convicção muito profunda de que os portugueses, especialmente as vítimas desta calamidade, têm o direito de exigir que estejamos todos à altura deste momento histórico que vivemos em Portugal. A onda de solidariedade nacional, que é em si mesma um factor de coesão interna da sociedade portuguesa, merece a nossa maior atenção.

Ninguém nos perdoará se nesta hora de calamidade pública nos dividirmos, desperdiçando uma oportunidade única de relançamento da esperança junto daqueles que tudo perderam. Tudo perderam menos a vontade indómita de vencer e de refazer as suas vidas. Esses podem contar com o Governo. Um Governo que privilegia a acção e a resposta rápida, como já demonstrou na prática com importantes decisões adoptadas e em execução, no âmbito da segurança social, do apoio aos autarcas e da agricultura.

Não tenho dúvida de que esta é mais uma prova dura que vamos vencer. Porque, com a nossa determinação, com o nosso sentido de responsabilidade, com uma vontade política forte e indiscutível, este Governo, o nosso Governo saberá oferecer segurança e garantir a esperança de quem não quer ceder perante a desgraça.

É isto que o País e, em particular, as populações esperam de nós: seriedade no discurso, serenidade na análise, solidariedade na acção, eficácia e determinação na decisão e na execução.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro da Administração Interna, inscreverem-se diversos Srs. Deputados. Vou dar a palavra por ordem de inscrição.

Em primeiro lugar, dispondo de 3 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Ministro da Administração Interna, é uma evidência que o Governo não é responsável pelas condições climáticas excepcionais nem pela incúria e atrasos de anteriores governos. No entanto, o Governo é responsável (e é pena que não assuma essa sua responsabilidade) por não ter levado à prática a resolução aqui aprovada, por unanimidade, em 27 de Novembro.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro da Administração Interna, insistimos várias vezes, nesta Assembleia, para que este fosse um ano de grande atenção relativamente à prevenção e à vigilância. Por que é que o PCP insistiu tanto nesta matéria? Porque tinha sido um ano húmido e porque todos os técnicos diziam que haveria uma acumulação muito grande de silvado nas florestas portuguesas — matéria linhosa que era pólvora sobre pólvora — e que com o calor poderíamos vir a ter um ano muito difícil.

O que fez o Governo? Em vez de reforçar os meios de vigilância e de prevenção, fez cortes cegos nas verbas. Isto é negligência, Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro da Administração Interna, e há que assumir esta responsabilidade. Porque se um único fogo tivesse sido evitado, estaria paga toda a despesa de prevenção dos próximos anos, o que certamente ultrapassaria em muito as «poupançazecas» que foram feitas no Orçamento. Ora, esta é uma questão que o Governo tem de assumir como responsabilidade sua.

Lembro que em 23 de Julho de 2002 o Sr. Ministro da Administração Interna disse ao País o seguinte: «Prometemos que no fim do Verão haverá uma nova política de prevenção». O que é que se verificou? Absolutamente nada, Sr. Ministro!

Agora, o Sr. Primeiro-Ministro vem dizer-nos que em Outubro o Governo apresentará uma nova estratégia para a floresta portuguesa. E eu pergunto: para quê uma nova estratégia? Se há uma lei de bases, se há um programa de acção florestal e se, inclusive, essas medidas são consensuais, por que é que não se passa à prática?

Sr. Ministro, tem de passar-se à prática. Não se pode estar a apresentar mais propostas, mais medidas, mais operações de *marketing*, quando aquilo de que precisamos é de dar respostas sérias a esta tragédia e a este problema concreto.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro da Administração Interna, todos nós partilhamos a dor das populações que foram atingidas, todos nós podemos inscrever

nos nossos sentimentos mais atingidos aquilo que foi uma verdadeira tragédia nacional.

Diz-nos o Sr. Ministro da Administração Interna que tudo foi feito e que a única crítica que não pode aceitar é a de que o Governo tenha tardado em reagir. Não é essa a *vox populi*, não é essa a opinião corrente. Com isto, Sr. Ministro da Administração Interna, não estamos a fazer baixa política, estamos, no exercício dos nossos direitos, no exercício daquilo que é a representação popular, a chamar a atenção do Governo para que as populações não sejam desprotegidas do Estado de onde esperam o socorro.

No entanto, a reacção foi tardia e é notório, é absolutamente notório, que houve descoordenação e acumulação de negligências de sucessivos governos e que este Governo também tem uma quota parte de responsabilidade nesta matéria.

Não se trata aqui de procurar pôr o Governo no banco dos réus, mas de saber se o Estado tem tido uma política que possa ser considerada responsável em relação à gestão florestal e à prevenção e, também, ao ataque em situações de incêndios florestais generalizados, como ocorreu neste ano.

Sr. Ministro da Administração Interna, aquilo que é importante ouvir aqui, hoje, não é o martírio ou a auto-flagelação do Governo mas a admissão de um *mea culpa*, que ainda não aconteceu. Não serão as suas palavras compungidas neste momento que nos irão ofuscar o debate e a livre crítica.

Diz-nos o Governo que em Outubro estará traçado um caminho. Falou o Sr. Ministro da Administração Interna em várias medidas, entre as quais a tipificação do serviço de bombeiros, e falou de vários meios a que terá de acudir para a prossecução de uma nova política florestal.

Sem desdouro para a presença dos Srs. Membros do Governo, também gostaríamos de ouvir a Sr.^a Ministra das Finanças, porquanto aquilo que nos parece mais sério para um verdadeiro «virar de página» para que não tenhamos épocas de fogos — porque já se banalizou a expressão «época dos fogos» — será saber como irá ser alicerçado, consubstanciado, quantificado, o produto financeiro necessário para essa política de «virar de página».

O Bloco de Esquerda tenciona, assim que possível, pedir a presença da Sr.^a Ministra das Finanças na Assembleia da República e disponibiliza-se para que, eventualmente, haja lugar a um Orçamento suplementar, porque entende que é necessária a disponibilização de um conjunto de verbas largamente extensivas para aquilo que neste momento o Conselho de Ministros já deu provimento.

Entendemos que esta medida vai agravar a despesa, entendemos que há restrições orçamentais e entendemos que há uma negociação difícil a fazer em Bruxelas. Porém, cito o exemplo da Alemanha, que, face às inundações ocorridas no ano passado, fez valer esses argumentos junto do ECOFIN, fez valer esses argumentos na União Europeia.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Termino, Sr. Presidente, dizendo ao Sr. Ministro da Administração Interna, com a responsabilidade colectiva do Governo, que queremos saber de meios — porque aquilo de que mais se falou neste tem-

po foi exactamente da necessidade de meios. Pergunto-lhe, Sr. Ministro, como vamos «virar a página», sem uma base orçamental explícita, clara e transparente.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro.

O Sr. Fernando Serrasqueiro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Primeiro-Ministro, ouvi atentamente a intervenção do Sr. Ministro da Administração Interna e fixei que o Sr. Ministro afirmou: «Estávamos organizados para a campanha de 2003».

O Sr. José Magalhães (PS): — Viu-se!

O Orador: — Posso dizer-lhe, Sr. Ministro, que o que senti dessa «organização» foi mais fé em Deus e nas forças da natureza e menos na acção do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Consultei o Programa do Governo e, dos aspectos que se relacionam com a matéria em causa, há três ou quatro pontos essenciais que gostaria de salientar.

Desde logo, o Governo compromete-se, primeiro ponto, a uma «eficaz coordenação dos meios e estruturas postos à disposição da protecção civil.» Posso citar uma afirmação do Dr. Leal Martins, que diz que a protecção civil falhou. Mas diz mais: que os bombeiros, esses, funcionaram, o outro grupo, segurança, funcionou mais tarde. E acrescenta: «Digo isto, porque senti que as populações precisavam disso mais cedo».

No Programa do Governo, é referido também, segundo ponto, que é preciso uma programação com a necessária antecedência. De facto, o Sr. Ministro anunciou que até Setembro de 2002 iríamos ter um plano de prevenção. Sr. Ministro, solicito que nos dê conta desse plano que deveria ter apresentado até Setembro de 2002.

O Sr. José Magalhães (PS): — Não há!

O Orador: — O Programa do Governo refere, ainda, terceiro ponto, o apetrechamento dos bombeiros com equipamentos adequados e a garantia da sua articulação com as Forças Armadas. Sr. Ministro, o que sabemos hoje é que, desde Maio de 2002, não houve reequipamento das corporações de bombeiros. Pergunto-lhe quando é que esse bloqueio vai deixar de existir e quais os meios que vão ser disponibilizados.

Aliás, o próprio Dr. Leal Martins, na entrevista que citei há momentos, dizia: «Precisamos de máquinas de arrasto, que têm de ser uma coisa prioritária. Defendemos mesmo que já devia ser um equipamento de socorro há muito tempo». E acrescentava: «Talvez seja altura de termos meios próprios de combate a incêndios». Pergunto: será que incluía também os meios aéreos?!...

Sr. Ministro, se a responsabilidade é do tempo, se a responsabilidade é dos pirómanos, o que lhe pergunto é o seguinte: e qual é a responsabilidade do Governo?

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. José Magalhães (PS): — É o auto-elogio!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, julgo que é claro para todos nós que a situação dramática que se vive exige bom senso e uma abordagem não demagógica.

Parece-me também, Sr. Ministro, que as vítimas que evocou, e bem, merecem que não fujamos às questões e que façamos uma avaliação crítica da realidade, sob pena de não a conseguirmos transformar.

Faço estas observações, porque, desde logo, quando a fúria da natureza se eleva, seja porque as cheias vão para além do previsto seja porque os fogos em fúria vão devastando a floresta, é sistematicamente dito que não se esperavam estas alterações ou não se esperava um pico de calor tão forte.

É bom que entendamos, de uma vez por todas, que o cenário traçado cientificamente vai passar a ser, gostemos ou não (e nós seguramente não gostamos!), o cenário com o qual temos de conviver. E sendo o cenário com o qual temos de conviver, Sr. Ministro, e para o qual chamo a sua atenção para depois poder responder-me, penso que ou se tem em conta que há factores de risco adicional, e há uma gestão de risco adequada tendo em conta esse facto, ou, se a gestão se confina ao que foi previsível há 20 anos, seguramente, não iremos longe.

Desde logo, há uma questão para a qual gostaria de chamar a sua atenção e que a esclarecesse. O Sr. Ministro disse que a prevenção foi feita e eu digo-lhe que a prevenção não foi feita. E não o foi, porque o senhor falou na estrita óptica da administração interna e eu penso que temos de falar em termos de floresta.

Ora, em termos de floresta, temos instrumentos fundamentais para o ordenamento da floresta, desde logo os planos regionais de ordenamento florestal, que estão por fazer. O prazo acabou há muito tempo e nenhum dos 21 planos está concluído. Este é um problema com o qual o Governo (não sei se é o seu Ministério) tem de lidar.

O segundo problema com o qual o Governo tem também de lidar prende-se com o não cumprimento das responsabilidades de diferentes interventores, designadamente na limpeza das matas. Este problema surge nos baldios, na falta de gestão pública que tem de haver dos diferentes territórios, designadamente das áreas protegidas, 14% das quais foram destruídas. Ora, elas são responsabilidade directa do Estado e não se encontram tratadas. Essa é uma responsabilidade do seu Governo.

Há ainda dois aspectos em relação aos quais gostaria de chamar a sua atenção, Sr. Ministro.

Primeiro, o dos bombeiros. Nós ouvimos os bombeiros falar da inadequação dos seus meios. Ou seja, em muitas zonas do território, os meios, designadamente as viaturas, estão velhos, não têm potência, não têm características para o combate.

A pergunta concreta que faço, Sr. Ministro, é esta: quando é que vamos ter uma tipificação de meios e de pessoal devidamente treinado para questões que são muito complexas e em relação às quais, mais do que a imensa coragem, que é seguramente muita, é preciso meios eficazes de combate?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, o tempo de que dispunha esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

A Oradora: — O segundo aspecto prende-se com o receio das populações e dos autarcas pelas burocracias no apoio às populações. Queremos saber como é que o Governo está a equacionar as ajudas que estão prometidas, as quais, do nosso ponto de vista, são muito escassas, mas em relação às quais há, sobretudo, o receio de que tardem.

Sr. Ministro, gostava de o ouvir em relação a estas questões concretas.

O Sr. Presidente: — Para responder a este primeiro conjunto de perguntas, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começo por responder ao Sr. Deputado Carlos Carvalhas, que falou muito da prevenção.

Ora, é evidente que, não esquecendo também que estamos perante uma verdadeira catástrofe excepcional, uma catástrofe que assola toda a Europa (não sei qual é o debate que está a fazer-se hoje na França, por exemplo, mas não me consta que tenha sido convocado especialmente o Governo para responder perante o Parlamento à Assembleia Nacional Francesa...

O Sr. José Magalhães (PS): — E acha mal que o tenhamos feito?!

O Orador: — Não acho mal, mas entendo que há situações...

O Sr. José Magalhães (PS): — Ah, isso é normal!

O Orador: — É perfeitamente normal, e eu estou sempre completamente disponível.

O que estou a dizer é que Portugal não é um caso isolado na orla mediterrânica. Portugal, a Espanha, a Itália, a França, a Ucrânia atravessam situações dramáticas.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Mas a dimensão dos fogos em Portugal é maior do que na Europa!

O Orador: — Eu sei que há problemas de ordenamento do território, eu sei que é necessário fazer grandes reformas na floresta. Todos sabemos! Agora, não podemos deixar passar a ideia de que reduzimos os meios. É falso, Sr. Deputado!

Vozes do PCP: — Não é, não!

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Não é!

O Orador: — É redondamente falso! Eu posso provar-lhe que não houve redução de verbas.

Vozes do PCP: — Ah!

O Orador: — Pelo contrário, em vários casos houve até aumento de verbas, quer no quadro do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, quer no quadro da protecção civil propriamente dita, quer no quadro da CNEFF, que entretanto foi extinta mas cujas funções passaram para a responsabilidade do novo serviço.

Sr. Deputado, é pura demagogia dizer hoje, aqui, que houve redução dos meios!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Menos 20%!

O Orador: — Em segundo lugar, a reforma da floresta. Mas é isso que o Governo está a apresentar. Agora, tem as condições ideais para levar a cabo a reforma da floresta.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Agora?!

O Orador: — É preciso assumir as questões de fundo, é preciso assumir as questões estruturais que há décadas se arrastam sem que ninguém as tenha levado a cabo. Mas os Srs. Deputados já reconheceram que o Governo dispõe de um programa de acção florestal. Agora, há condições políticas para as levar a cabo, para ir mais depressa e mais longe.

O Sr. José Magalhães (PS): — Antes, não havia?!

O Orador: — Vamos, pois, Srs. Deputados, unir-nos em relação à reconstrução e à reforma e deixar-nos de andar a perder tempo com críticas!

Aplausos do PSD.

Ao Sr. Deputado Luís Fazenda gostava de dizer que o País tem dificuldades financeiras mas que não é aqui que vamos poupar. Vamos poupar, sim, no desperdício!

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso é o que vamos ver!

O Orador: — Aqui, não! Aqui seremos generosos e solidários, como o Sr. Primeiro-Ministro tem declarado ao País várias vezes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os apoios que já estão no terreno, que vão ser aplicados e que estão a ser dados a quem deles precisa já provam isso. Há famílias que perderam vidas e que estão a ser apoiadas pelo Estado, há famílias desalojadas que estão a ser apoiadas pelo Governo.

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso é o que vamos ver!

O Orador: — É, pois, importante, meus senhores, que tenhamos um pouco mais de coração e sejamos mais sensíveis à situação dramática que se vive.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luís Marques Mendes): — Muito bem!

O Orador: — Finalmente, ao Sr. Deputado Fernando Serrasqueiro quero dizer que considero de um total descaramento — peço desculpa pela expressão — ...

O Sr. José Magalhães (PS): — Cuidado!

O Orador: — ... que o Partido Socialista venha, neste momento, questionar o Governo sobre meios aéreos. Quem mandou cancelar a operacionalidade do C-130 que a Força Aérea tinha em condições para operar?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quem mandou alugar meios, em vez de ter prosseguido um plano de aquisições? Foi este Governo? Não! Foi o anterior.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — E este!

O Orador: — Não tem autoridade para fazer essa crítica, Sr. Deputado.

Vozes do PS: — Tem, tem!

O Orador: — Finalmente, à Sr.^a Deputada Isabel Castro direi o seguinte: há fogos que ainda estão a arder,...

O Sr. José Sócrates (PS): — Que vergonha!

O Orador: — ... há situações que ainda têm de ser contempladas. Deixemos as críticas políticas. Nós estamos aqui para melhorar a situação, mas não aceitamos entrar nesse terreno da política baixa...

Vozes do PS: — Baixa?!

Protestos da Deputada de Os Verdes Isabel Castro.

O Orador: — ... em que se fazem ataques de oportunidade e se deixam as populações convencidas de que estamos todos a lutar pela mesma causa. Nós lutamos pelo progresso e pelo apoio às populações mais carenciadas.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Narana Coissoró.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Para defesa da honra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, a razão pela qual peço a palavra para defender a honra é porque entendo que é verdadeiramente lamentável, e não aceito, que qualquer membro do Governo se permita dizer que, em relação a uma questão tão séria quanto esta em que estão em jogo pessoas e a sua segurança, apontar problemas, identificar fragilidades, fundamentais para que não se «meta a cabeça na areia» e para que a situação se altere, é «política baixa». «Política baixa» foram alguns comentários de mau gosto feitos por alguns membros do Governo, de que eu me absteve de falar.

O Sr. José Sócrates (PS): — Isso é que é uma pouca-vergonha!

A Orador: — Não é aceitável que alguém venha, nesta ocasião, dizer que a oposição, neste caso Os Verdes, fez «política baixa».

Aplausos do PCP.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. Ministro da Administração Interna: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada, quero que fique ciente do seguinte: não é política baixa defender novas políticas nem é política baixa fazer propostas concretas de reforma.

O Sr. José Sócrates (PS): — Não seja ridículo!

O Orador: — Na minha opinião, política baixa é fazer críticas no momento em que todos estamos envolvidos no combate às chamas,...

O Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Então, não reuniam!

O Orador: — ... em que há bombeiros a sofrer no terreno, em que há chamas e casas em perigo, em que há vidas em risco.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mota Andrade.

O Sr. Mota Andrade (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, quero fazer uma pergunta ao Sr. Ministro da Administração Interna mas espero que a resposta seja construtiva, ao contrário das que tem dado até agora, porque todos nós temos consciência plena do drama que o País está a atravessar.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, não é por haver incêndios em Espanha ou em França que podemos ficar de braços cruzados à espera de que em Espanha e em França os incêndios acabem, ou seja, de que as condições meteorológicas também mudem em Portugal — isso, de facto, os senhores não podem, de momento, controlar — para que os incêndios acabem e tudo fique bem.

Efectivamente, aquilo a que se assistiu foi ao seguinte: prevenção não vimos e a falta de coordenação foi muita. Todos assistimos a isso, Sr. Ministro.

Protestos do Deputado do PSD Luís Marques Guedes.

Vou dar-lhe um pequeno exemplo: a Mata Nacional da Serra do Reboredo, em Torre de Moncorvo. Se o incêndio tivesse sido atacado nas primeiras horas, aquela catástrofe não se tinha verificado.

O Sr. José Magalhães (PS): — Exacto!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Como é que sabe?!

O Orador: — Arderam milhares de árvores de espécies nobres: carvalho nacional, cedros, castanheiros, sobreiros. E isto porque os meios aéreos, nomeadamente, e depois de o Presidente da Câmara muito ter insistido, apareceram praticamente 36 horas depois.

Sr. Ministro, estamos a falar de um prejuízo de 2 milhões de euros numa mata nacional, mas da qual a autarquia de Torre de Moncorvo, sempre que havia um corte, recebia uma percentagem do valor desse corte da ordem dos 60%.

Dai a pergunta, que não se prende só com Torre de Moncorvo mas também com outros concelhos: no caso das matas nacionais implantadas em terrenos pertença das autarquias, vão ou não essas autarquias ser indemnizadas? Isso é fundamental saber.

Um outro aspecto prende-se com o ambiente. O Sr. Ministro disse há pouco que agora — só agora — é que era altura de se fazerem algumas reformas. Ora bem, o ambiente desapareceu por completo do dia-a-dia deste Governo, mas aquilo a que se assistiu em termos de áreas protegidas ardidas é gravíssimo e isto também está, de certeza, associado ao que aconteceu no Instituto da Conservação da Natureza, com os cortes drásticos realizados no ano 2003.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. António Costa (PS): — Bem lembrado!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Miguel Medeiros.

O Sr. José Miguel Medeiros (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, como o Sr. Ministro da Administração Interna sabe, ou penso que sabe, ocorreu entre os dias 2 e 4 do corrente mês um violento incêndio nas matas nacionais, conhecidas por pinhal de Leiria, consideradas «a jóia da coroa» da floresta estatal portuguesa e da floresta nacional.

A exemplaridade do tratamento dado a esta floresta foi de tal forma relevante, pelo menos até ao ano passado, que técnicos, por exemplo, da Floresta Negra, na Alemanha, e de outros países se deslocaram cá para verem como é que nós fazíamos. No pinhal de Leiria, para além de pequenos acendimentos que sempre acontecem — e que, esses sim, seria baixa política citar aqui —....

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... há 20 anos que não há memória de qualquer incêndio digno desse nome.

Sr. Ministro, gostava de saber se, efectivamente, o Sistema Nacional de Protecção Civil tinha mecanismos de monitorização adequados e eficazes para controlar a situação nesta mata, que, teoricamente, apesar destas condições climáticas, deveria ser a única que não poderia ter ardo, face às características de limpeza, de conservação e ao trabalho ali desenvolvido. Consta que a vigilância foi reduzida de 24 horas/dia para 6 horas/dia.

Acontece também que, durante o período de combate ao incêndio e ainda neste momento, localmente, estão em

grande guerra de razões autarcas, comandantes de bombeiros, coordenadores distritais de protecção civil, ninguém se entende, sobre aquilo que se passou. Inclusive, um Deputado da maioria acusa, num jornal que tenho comigo e que posso provar, a descoordenação total que ocorreu, citando mesmo um caso em que teve de ser o Sr. Governador Civil de Leiria, graças às suas enorme influências, a desviar para Leiria os aviões que já iam para Castelo Branco.

Pergunto ao Sr. Ministro se tem conhecimento disto, se há algum inquérito a correr, se estão a apurar-se responsabilidades e o que está a ser feito para que, no futuro, esta situação não se repita.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. **Manuel Alegre** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro da Administração Interna, esta é uma Assembleia política e nós estamos aqui para discutir politicamente a tragédia que se abateu sobre o País. Esta é a hora de uma reflexão política para a acção política. E é a hora também — é a hora, precisamente agora! — da crítica e, até, da autocrítica.

Não creio que seja a hora da acusação pela acusação, mas também não é a hora de fazer o discurso da autojustificação e da autodesculpabilização, como fez o Sr. Ministro, antes mesmo de qualquer crítica ter sido formulada.

O Sr. Ministro falou como se o Governo estivesse certo e o País estivesse errado, como se a culpa fosse só da natureza. Ora, isto não é verdade. Nós vimos imagens terríveis de populações sozinhas a combater o fogo praticamente com as mãos e os bombeiros sem os meios adequados. Vimos essas imagens. O País sabe, o povo sabe, estão gravadas em todos nós. A culpa não é só da natureza e não é o País que está errado. Todos nós temos responsabilidades! O Estado é responsável, o Governo é responsável. Todos nós temos responsabilidades!

Aquilo que o País espera de nós é que se tomem as medidas adequadas para que aquilo que se passou agora não se volte a repetir. E não é com discursos de fuga a responsabilidades, de autodesculpabilização ou a tentarem impedir que se faça, nesta hora precisamente, a reflexão e a crítica políticas, não é com discursos dessa natureza que podemos impedir que tragédias como as que ocorreram se voltem a abater sobre o País.

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Administração Interna.

O Sr. **Ministro da Administração Interna**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Mota Andrade, gostaria de chamar a sua atenção para o seguinte: obviamente que Portugal não é um caso isolado, mas não insistamos mais na situação que se passa nos outros países.

Sr. Deputado, se me permite, só lhe farei uma pergunta.

O Sr. **António Costa** (PS): — O Sr. Ministro está cá para responder!

O Sr. **José Magalhães** (PS): — Seria melhor responder!

O **Orador**: — Gostaria de saber onde estão os meios aéreos que os senhores planearam e desenvolveram durante o vosso governo.

Protestos do PS.

Onde está o planeamento do reapetrechamento dos bombeiros?

Protestos do PS.

Onde está a racionalidade da afectação de meios, feita de uma maneira perfeitamente irracional e discricionária, às corporações de bombeiros ao longo deste país? Ela foi feita de tal maneira que, por um lado, todos reconhecem que Portugal dispõe, em termos globais, dos melhores equipamentos que os bombeiros podem utilizar, mas, por outro lado, temos centenas de corporações que não têm meios à sua altura, porque houve irracionalidade no plano de reapetrechamento dos bombeiros. E nós vamos corrigir essa situação.

Protestos do PS.

Respondendo ao Sr. Deputado José Miguel Medeiros, que falou do pinhal de Leiria e também da necessidade de trabalharmos com os autarcas, gostava de dizer-lhe que é isso que estamos a fazer. Nós queremos resolver, em ligação com os autarcas, já demos provas disso, todo o plano de rearboração, o processo de trabalho na floresta, no quadro da prevenção e da replantação.

Mas, Sr. Deputado, quanto ao pinhal de Leiria, não se esqueça dos fogos postos. Não há floresta que resista à mão criminosa...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **José Miguel Medeiros** (PS): — Resistiu durante 20 anos!

O **Orador**: — ... e por isso este Governo está a desenvolver um esforço brutal de combate a esse crime. Posso dizer-lhe que, por força da Polícia Judiciária, até este momento, já foram detidos 60 indivíduos suspeitos de lançar fogo nestes últimos dias. Esta é uma realidade que não podemos esconder, Sr. Deputado.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — Temos de estar cientes de que por mais prevenção, por mais limpeza, por maiores cuidados que existam, a mão criminosa, perante as condições atmosféricas, a secura e as altas temperaturas, lançará, seguramente, um incêndio em qualquer sítio. E nós vamos ter mão pesada para perseguir na medida das nossas competências e entregar à justiça aqueles que andam a praticar esses actos.

Finalmente, ao Sr. Deputado Manuel Alegre, com toda a simpatia, gostaria de transmitir duas ideias.

Em primeiro lugar, nós temos de ter a certeza de que o debate sobre esta matéria não se esgota hoje, aqui. Há um tempo para avaliar a situação, há um tempo para todos nos

solidarizarmos em relação às vítimas e há um tempo para debater.

O Governo já se propôs elaborar um livro branco e vir discuti-lo com os Srs. Deputados e nesse livro branco vamos ter ocasião de escarpelizar, de balancear, de fazer o levantamento de tudo aquilo que se passou. E quem tiver responsabilidades assumi-las-á.

Contudo, Sr. Deputado, com toda a sinceridade, quero dizer-lhe o seguinte: fazer demagogia com o fogo não me parece uma boa política.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Prótestos do PS.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, por uma questão de respeito pela verdade histórica, convém relembrar que esta reunião foi solicitada pelo Partido Socialista no início da semana passada e que nesse mesmo momento tive ocasião de afirmar a vontade do Partido Socialista em participar num grande esforço de unidade nacional e de solidariedade para com os bombeiros, as populações atingidas e, até, com todos os membros do Governo que estiveram, e estão, presentes neste combate, independentemente de muitas vezes ficarmos perplexos com o que se passa, como, por exemplo, com o facto de vir aqui hoje um membro do Governo, a propósito dos incêndios, falar também da «pesada herança». Aquilo que faltava é virem falar disso neste momento e neste contexto!

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Sr. José Sócrates (PS): — É preciso não ter vergonha na cara!

O Orador: — Contudo, gostaria de dizer-vos que se mantém essa postura de vontade de unidade e de solidariedade. Só que essa postura não é incompatível, muito pelo contrário, com a necessidade de discutirmos e esclarecermos o que está a passar-se. Porque os portugueses querem respostas. Os portugueses estão, há mais de 15 dias, há quase três semanas, a ver, nas rádios e televisões (que estão a fazer um trabalho notável), um património enorme a ser devastado, pessoas a morrer e uma crise muito grave a surgir em muitas regiões do País.

Os portugueses querem respostas e a unidade e solidariedade não são incompatíveis com o esclarecimento da verdade.

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — E é isso que queremos: o esclarecimento da realidade. E queremos-lo, porque nós sabemos que há quase 300 000 ha, ou mais, ardidos, que há 16 mortos, que há concelhos dizimados, que há perdas ainda incalculáveis, e a Assembleia da República é o local exacto para se fazer o balanço do que aconteceu e porque razão aconteceu.

Sabemos que há causas estruturais, que evidentemente não são discutíveis, que há um desordenamento e aban-

dono da floresta que tem muitos e muitos anos, contra o qual muitos governos de muitos partidos não conseguiram combater suficientemente.

Sabemos que é verdade que há uma questão conjuntural de condições climáticas adversas.

Mas num país como o nosso, que tem os problemas que tem em matéria de desordenamento florestal, bem como a possibilidade de ter condições climáticas próprias de climas mediterrânicos nestas alturas do ano, com Verões quentes e secos, é evidente que ainda é maior a responsabilidade que qualquer governo tem de ter na área da prevenção e do combate.

Por isso, é preciso saber se é verdade ou não que o Governo falhou, como muita gente diz, em matéria de políticas de prevenção e de combate.

É preciso saber se fez ou não apostas erradas na prevenção, nos dispositivos de detecção e de primeira intervenção, no modelo institucional de coordenação.

É preciso saber se é verdade ou não aquilo que toda a gente diz ser verdade, e que o Sr. Ministro diz não ser, ou seja, que houve um forte desinvestimento financeiro e que se abandonou o objectivo de gastar mais em prevenção do que em combate.

É necessário saber se é verdade ou não que, no domínio da detecção e da primeira intervenção, não foi dada sequência ao programa piloto de disseminação por todas as corporações de bombeiros de grupos de intervenção permanente.

É preciso saber se é verdade ou não que, no domínio da coordenação, a chamada «reestruturação» foi feita à pressão, a exemplo de muitas das chamadas «reformas estruturais» que este Governo diz fazer e que depois demonstram, na prática, ao que conduzem, que é a este vazio total em matéria de resposta.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É necessário saber se é verdade ou não que medidas como a de não reequipamento de várias corporações de bombeiros tiveram consequências trágicas este Verão.

É necessário esclarecer — e a Assembleia da República é o lugar para esse esclarecimento — se é verdade ou não que foram muito tardios os accionamentos dos planos distritais de emergência e que foi recusado, por aparente teimosia, o accionamento de um plano nacional de emergência, que poderia ter conduzido muito mais cedo a uma coordenação de esforços ao nível nacional. É que também eu e outras pessoas estivemos no terreno — e não estou a dizer que Sr. Primeiro-Ministro não tenha estado! — e percebemos que as populações sentiam que havia uma total descoordenação, uma incapacidade total de confiarem na administração central!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Os próprios autarcas, os próprios governadores civis que estavam no terreno sentiam essa dificuldade, essa incapacidade!

Eu vi o que aconteceu no domingo, em Monchique: quando o incêndio ainda era controlável, os aviões estiveram 5 ou 6 horas fora daquela região para se abastecerem de combustível. Aonde? Em Cascais. Se naquela altura tivesse havido um ataque ao incêndio não teria ocorrido a

tragédia que está neste momento em curso na zona do barlavento algarvio.

É preciso saber se estas questões são evitáveis, se elas têm responsabilidades políticas ou não.

Protestos do PSD.

É para isso que aqui estamos e é perfeitamente possível, ao contrário do que pensa e diz o Sr. Deputado Guilherme Silva, sermos unidos nas crises, mas procurarmos o esclarecimento.

Nós não vivemos num País em que possamos ficar todos entregues à vontade da natureza, de Deus ou do Sr. Ministro da Administração Interna!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não podemos confiar nessa situação para resolvermos os problemas, até porque já se viu que a situação em curso continua descontrolada a vários níveis!

O Partido Socialista, quando apresenta, nesta Assembleia da República, uma proposta de constituição de uma comissão de inquérito quer tornar a dar nobreza às comissões de inquérito para que haja uma comissão de inquérito parlamentar não só eficaz quanto às prerrogativas de que dispõe no processo de audição de autoridades públicas e de entidades privadas mas também eficiente para ter elementos essenciais de toda a natureza.

Nós queremos dignificar as comissões parlamentares de inquérito, que bem precisam de dignificação depois do que se passou na última sessão legislativa.

Nós queremos um inquérito que seja um instrumento contra os fogos, a favor das vítimas e do nosso futuro, e estamos dispostos a discutir, com toda a abertura, o seu âmbito e duração e a chegar a um consenso para antecipar os trabalhos parlamentares.

Porém, a realidade é esta: a situação que vivemos merece e deve ser discutida politicamente e, se houver responsabilidades políticas a pedir, não deixaremos de o fazer. Não estamos a pedi-las neste momento, mas queremos respostas, como todo o País quer! O País pede. Respondam!

E há uma pergunta fundamental: será que são só as condições climatéricas adversas que justificam aquilo que está a passar-se neste ano e esta calamidade nacional em que vivemos? Ou não serão também as medidas adversas tomadas pelos senhores que contribuíram e se juntaram a essas condições climatéricas adversas?

É disso que o País se interroga, é isso que o País pergunta e que esta Assembleia da República tem a obrigação de responder!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, suponho que V. Ex.^a tem consciência de que o que está a passar-se não é um exclusivo de Portugal. Em Itália, na Grécia, na Holanda, na França, na Croácia, na Espanha, na Catalunha — ontem mesmo foram noticiadas 5 mortes num único incêndio na Catalunha, para não falar de todas as outras mortes que já

ocorreram por essa Europa fora —, o panorama é o mesmo.

De resto, se o Sr. Deputado Ferro Rodrigues atentar naquilo que a imprensa isenta, nomeadamente a dos Estados Unidos, vem noticiando sobre esta questão, verificará que imputa exclusivamente às questões climatéricas, nomeadamente, a dimensão dos fogos que estão a ocorrer em Portugal.

Ao contrário daquilo que o Sr. Deputado Ferro Rodrigues disse, temos um Governo muito competente e que tem tomado medidas, mas que, infelizmente, ainda não consegue interferir naquilo que são os designios do Criador.

Sr. Deputado Ferro Rodrigues, se V. Ex.^a quisesse ter sido isento nesta discussão, podia ter referido as compensações e os salvados que já foram pagos por este Governo por ordem do Ministério da Agricultura, pela primeira vez e com uma eficácia que nunca ocorreu (mas o Sr. Deputado, quanto a isso, disse nada) ou, mesmo, podia ter referido a pronta acção do Governo, em coordenação com as autarquias locais e com os bombeiros, que estiveram todos os dias nos locais a tentar resolver o problema (mas, quanto a isso, o Sr. Deputado disse «zero»).

No entanto, não o fez, porque, infelizmente, o Sr. Deputado não resistiu a uma tentação, que, devo dizer-lhe, me parece triste. Ou seja, no momento em que as populações sofrem, no momento em que a tragédia é evidente, no momento em que os fogos ainda estão a ser combatidos, quando se justificava que todos nós aqui tivéssemos um discurso na base de um debate nacional de combate aos fogos deixando para mais tarde qualquer eventual discussão política, o Sr. Deputado começou, há cerca de um semana, a dizer que queria ter um debate de grande responsabilidade, mas acabou agora por demonstrar que essa nunca foi a sua intenção.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado quis efectivamente trazer para a discussão uma motivação política à custa da tristeza alheia. Isso, Sr. Deputado, parece-nos muito mal, parece-nos muito feio e é um jogo que nós não fazemos!

O Sr. Deputado refere que este Governo não fez nada. Mas eu já dei exemplos de como este Governo fez muito mais do que, durante muito mais tempo, o PS fez.

Sr. Deputado, deixo-lhe um exemplo relativamente ao qual gostaria que pudesse responder-me, pois era Ministro àquela data. Sabe o Sr. Deputado Ferro Rodrigues que está em vigor uma Lei de Bases da Política Florestal, de resto, invocada pelo PCP e que tem vindo a ser invocada muitas vezes nos últimos tempos. Como o Sr. Deputado Ferro Rodrigues sabe, subjacentes a esta Lei de Bases da Política Florestal estão vários programas regionais de ordenamento florestal que deveriam, nos termos da lei, ter sido implementados até finais de 2001.

O Sr. José Magalhães (PS): — Não o terem sido até ao final de 2003 é ainda mais grave!

O Orador: — Pergunto-lhe, Sr. Deputado Ferro Rodrigues: até ao final de 2001, dos vários programas regionais de ordenamento florestal, que teriam de ter sido implementados para que não sucedesse hoje o que finalmente sucedeu, quantos o governo do PS implementou?

O Sr. José Sócrates (PS): — Isso é alta política!

O Orador: — Quer que eu lhe diga, Sr. Deputado Ferro Rodrigues? Implementou «zero»? O governo do PS, de 1996 até 2001, não implementou um único dos planos previstos na lei!

O Sr. José Magalhães (PS): — Os fogos não atingiram estas proporções!

O Orador: — Pergunto-lhe: como conseguirá um Governo que está a agir, e está agir bem, mas que, infelizmente, só o está desde as últimas eleições legislativas, combater a inércia que durante tantos anos de governação o PS manifestou? É impossível, Sr. Deputado Ferro Rodrigues!

Já agora, Sr. Deputado, tenha ao menos a capacidade — espero que a tenha — de reconhecer no Governo o esforço que já fez, nomeadamente nas compensações já pagas.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Sr. Deputado, faça favor de concluir.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

Espero que o Sr. Deputado tenha a capacidade de o reconhecer e que a postura do PS mude, pelo menos até ao final dos fogos. E quando os fogos terminarem, quando o combate tiver sido feito, com a nossa e, espero, com a vossa ajuda, cá estaremos também para fazer política.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, o subjectivismo e a sua tentativa de colocar-nos na linha daqueles que não são pela unidade nacional e pela solidariedade, daqueles que estarão contra essa unidade nacional, já teve resposta na minha intervenção, não merecendo sequer mais nenhum comentário.

Nós não ficamos reféns da nossa solidariedade e da nossa ideia sobre a coesão nacional. Nós mantemos em cada momento o dever de conseguirmos analisar as causas e as consequências das situações mais graves que o País vive. O que fica à vista, pela sua intervenção, é que por vontade do CDS-PP nunca a Assembleia da República teria reunido...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Não foi nada disso que ele disse!

O Orador: — ... e teríamos ficado à espera que o Governo ou a natureza resolvessem os problemas.

Estamos aqui, neste momento, para analisar um conjunto de questões, como, por exemplo, as medidas tomadas pelo Governo, que terão de ser analisadas também em sede da comissão que propomos e cuja importância mantemos.

Sr. Deputado, gostaria de dizer-lhe que os portugueses têm o direito de perguntar e ser esclarecidos.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Isso está fora de causa!

O Orador: — O PS e os outros partidos da oposição não podem ficar, nem ficarão, reféns da sua vontade solidária e da sua vontade de coesão nacional para ficarem calados,...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... porque isso seria trair os interesses, não apenas daqueles que votaram em nós mas também daqueles que votaram nos senhores e que não vêem, do vosso lado, qualquer preocupação em analisar criticamente uma situação muito grave como aquela que se vive neste momento em Portugal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A terminar, digo-lhe que o Governo não pode, nem deve, ter qualquer receio do trabalho da Assembleia da República.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — E não tem!

O Orador: — Quanto ao livro branco que o Sr. Ministro da Administração Interna diz que vai entregar-nos no dia 15 de Outubro, sem que a Assembleia da República possa participar autonomamente, convocando os bombeiros, os autarcas, as pessoas que estiveram neste combate, convocando, inclusivamente, algumas pessoas da área militar, que também sabem a descoordenação que houve no combate aos incêndios, infelizmente, será um livro branco tão cinzento como as áreas que estão neste momento a ser consumidas pelos fogos em Portugal.

Aplausos do PS.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Não respondeu a nada!

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Leonor Beleza.

A Sr.^a Leonor Beleza (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não reunimos muitas vezes em ocasiões como aquela que o País está a viver.

Se o meu grupo parlamentar propôs também que esta reunião da Comissão Permanente tivesse lugar fê-lo por três ordens de razões: a primeira é porque julgamos indispensável associar a Assembleia da República ao momento de luto e de pesar que estamos a viver; a segunda resulta de que deve a Assembleia da República deixar perfeitamente claro que, na presente situação, nenhum meio de reparação será regateado;...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — ...a terceira tem que ver com a manifestação de solidariedade com o enorme esforço que testemunhámos nestes dias em muitos portugueses e com a necessidade de afirmar que só estaremos à altura desse esforço se dele soubermos extrair a força e o estímulo para ultrapassar as enormes dificuldades que estamos a conhecer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — A tremenda violência dos fogos matou compatriotas nossos. A nossa primeira palavra é, por isso, de profundo pesar e vai para as famílias e as comunidades que os perderam. Morreram a tentar salvar vidas ou o produto de vidas de trabalho. Curvamo-nos perante a sua memória.

Como nos associamos também à dor e ao sofrimento dos que perderam a casa, os meios de subsistência, o modo de vida, o quadro em que tinham nascido e lutado uma vida inteira. Podemos ressarcir, e vamos fazê-lo, na medida do possível, mas nada paga muitas perdas e nem sequer sabemos contabilizar o medo, as lágrimas e o choro que, como alguém escreveu, não entram nas contas.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Mas sentimos, como todo o País sentiu, e sente, esse medo, essas lágrimas e esse choro, pelo que precisamos de dizer, neste lugar onde o povo português está representado, que somos solidários nos sentimentos muito antes de o sermos nas reparações.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — A nossa segunda palavra vai para o exército de homens e mulheres que por todo o País combatem a força dos incêndios e a quem devemos não se terem perdido muito mais vidas, muito mais casas, muito mais floresta.

Para os bombeiros portugueses, os autarcas, os homens e as mulheres organizados em torno das suas instituições e comunidades ou entregues a si próprios, com meios ou com falta deles, que não deram tréguas, que não desistiram, que arriscaram e que, apesar de tudo, foram conseguindo, vai a nossa homenagem e o nosso profundo reconhecimento. À sua coragem devemos não chorar ainda mais mortes e ainda mais devastação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Nos momentos decisivos eles esqueceram as queixas, as faltas de meios, lutaram com o que tinham, mobilizaram boas-vontades e deram tudo de si próprios.

Os bombeiros têm sido inexceláveis. As imagens da televisão não chegam para avaliar o esforço e a capacidade com que actuaram, muitas vezes fora da sua área territorial habitual de actuação. Eu própria, como Deputada eleita pelo círculo de Portalegre, assisti e acompanhei de perto a sua actuação.

Apetece-me referir em particular os bombeiros do Algarve, que vi a actuar em Portalegre, na Serra de S. Mamede, e que nos últimos dias têm lutado no seu próprio terreno.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Vi a determinação dos bombeiros no teatro das operações e o cansaço com que voltavam aos quartéis por brevíssimos momentos. Sei o que lhes devemos e a confiança que neles podemos depositar. Como vi a atitude combativa e mobilizadora dos autarcas, que foram para a frente de combate, que juntaram as pessoas, que não dormiram, que manifestaram a dor das pessoas que

os elegeram e que, em situações extremas, souberam representá-las, defendê-las e mobilizá-las.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Muitíssimos concidadãos e concidadãs nossos se associaram ao esforço. Pediram ajuda mas lutaram com o que tinham, deram uma lição admirável. Orgulhamo-nos deles e choramos com eles o que perderam e todos perdemos.

Muita coisa nunca poderá ser paga nem ressarcida mas, mesmo na difícil situação financeira em que vivemos, a maioria nesta Câmara não hesita em disponibilizar todos os meios necessários para compensar o que possa ser compensado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vimos o Governo formular imediatamente medidas detalhadas de apoio às vítimas. Sabemos que as equipas estão no terreno, que os primeiros levantamentos preliminares estão feitos e que a aplicação das medidas prescinde de burocracias. Neste momento, já começaram a ser pagas compensações aos agricultores. Apreciamos a actuação rápida, sem qualquer precedente na nossa prática nacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Apreciamos também o acerto das decisões e, como é óbvio, seguiremos atentamente a sua execução. Como apreciamos infinitamente as inúmeras iniciativas da sociedade civil, provenientes de muitas origens, que estão a associar-se espontaneamente ao esforço de solidariedade, e a fazê-lo verdadeiramente, de todos nós.

A terceira palavra que aqui queremos deixar tem que ver com a leitura que fazemos do que está a acontecer.

Estamos perante uma calamidade nacional. Entre nós, morreu gente e muitos ficaram sem nada. Momentos como este, resultantes de uma conjugação de factores de carácter excepcional e com consequências de dimensão trágica, exigem de nós todos uma atitude de respeito, de solidariedade e de responsabilidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em situações excepcionais reagimos de forma excepcional. Não aceitamos que uma calamidade nacional seja transformada em questão de combate político-partidário e numa leviana disputa de votos sobre a dor e o pesar de tantos cidadãos portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Sobretudo quando há três coisas que sabemos e que devem ser realçadas desde já.

A primeira é que vivemos mesmo uma situação sem precedentes. Nunca, em momento registado, houve uma conjugação de factores climáticos como a que estamos a viver durante um tão longo período. Nunca, como agora, assistimos ao permanente reacender de fogos, ao mesmo tempo e por todo o lado, na esperança de tréguas que não chegam. Nunca, como agora, a situação foi tão grave, nem tão dramática, nem tão difícil de controlar.

A segunda coisa que todos sabemos é que nunca poderíamos ter tido, nem nunca viremos a ter, uma suficiência de meios que permita evitar ou combater com êxito total uma situação como esta. No dia 3 de Agosto, estiveram activos 522 incêndios simultaneamente, muitos deles de grandes proporções (repito, 522 incêndios no mesmo dia, ao mesmo tempo!). Nunca, em situações como esta, haverá meios que sejam bastantes!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — A terceira coisa conhecida é que a orientação política fundamental dada foi a de salvar vidas a todo o custo, muito antes de se pensar em salvar a floresta. Muitas vidas se salvaram em detrimento dos bens materiais e, em particular, a floresta pareceu muitas vezes menos protegida justamente porque havia que concentrar meios em coisa mais preciosa e insubstituível: as vidas humanas.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Para nossa tragédia, não pudemos, infelizmente, salvar todas as vidas que estiveram em perigo.

Todos ouvimos, nestes dias, falar múltiplas vezes em insuficiência de prevenção e de coordenação. Não é verdade que tenha havido qualquer desinvestimento em prevenção, antes pelo contrário. Estamos a tocar, e sabemos-lo todos muito bem, em zonas de vulnerabilidade em que nos sabemos colectiva e generalizadamente responsáveis. Estou a falar na prevenção em geral, de capacidade de coordenação.

A dimensão da tragédia que vivemos exige, como é óbvio, que tudo façamos para que se não possa repetir. Para isso é necessário que se retirem lições destes fogos. Temos hoje condições únicas para fazer muita coisa, e coisa diferente.

Todos sabemos que, para além das circunstâncias concretas destes fogos e das suas consequências, o País tem um problema grave e estrutural com as suas florestas, um problema de décadas (não vou entrar em explicações sobre quem tem ou não culpa disso). A própria Assembleia da República e o Governo aprovaram já este ano, cada um na sua esfera de actuação, e bem antes de podermos imaginar o que aí vinha, linhas de política florestal, estando neste momento o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas a executá-las e a ultimar a especificação dessas medidas à luz daquilo que está a passar-se e que — repito — nos permite olhar para as coisas de uma outra maneira. É que a desgraça e a devastação que choramos criaram condições, que antes não imaginávamos, para que as resistências e o desinteresse se vençam e todos compreendam a importância e o alcance de uma política florestal correcta.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — A esta definição todos podem juntar-se, como hoje fez o jornal *Público*, numa iniciativa muito meritória.

Perante o tremendo desafio de nos recompormos daquilo que aconteceu, e ainda está a acontecer, temos dois caminhos fundamentais que podemos percorrer. Um, é deixarmo-nos envolver num interminável ajuste de contas, em recriminações infinitas, em acusações e contra-acusa-

ções, numa nacional lamentação sobre as nossas insuficiências e limitações. O segundo, é arregaarmos as mangas, chorarmos os mortos e cuidarmos dos vivos e, sobretudo, atacarmos sem contemplações os nossos males. Executar uma política de ordenamento e de florestação que nos proteja, interiorizar que a prevenção dos fogos, como dos acidentes em geral, é a única forma civilizada de nos comportarmos, abandonar o deixa-andar e a despreocupação com as consequências de tantos actos perigosos que hoje praticamos sem pensar.

A primeira atitude pode parecer interessante a alguns, mas não respeita a dimensão daquilo que vivemos, não nos encoraja a fazer melhor e alimenta a nossa perigosa tendência para a recriminação e a queixa. Não conduz a lado nenhum.

A segunda é a que o País exige, a que nos é moralmente imposta, a que nos permitirá fazer das fraquezas forças e sairmos mais capazes desta tragédia. É a postura de reconstrução, de determinação e de futuro.

Em causa está também a afirmação de uma grande parte de Portugal, onde grassa, há muito tempo, a desertificação e o envelhecimento. Uma parte do País que tem menos oportunidades e menos acessos, menos votos e menos força política. Uma parte do País que saltou à vista de todos na televisão e a quem a solidariedade nacional deve saber transformar esta calamidade em oportunidade. Assim estejamos à altura.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao iniciarmos esta intervenção queremos, desde já, reafirmar os nossos pêsames às famílias das vítimas e a nossa homenagem às populações e à sua luta solidária, bem como aos bombeiros, aos autarcas, à GNR — insisto, à GNR — e às forças militares.

Anteontem, o Sr. Primeiro-Ministro afirmou que os bombeiros têm sido verdadeiros heróis, o que é verdade, mas queremos recordar que o projecto de lei que o PCP apresentou reforçando os direitos da Liga dos Bombeiros Portugueses foi chumbado pela maioria.

Vozes do PSD: — E bem!

O Orador: — Agora temos boas palavras, mas na altura funcionou a arrogância, o desinteresse e a incompreensão.

Do mesmo modo nos poderíamos referir aos parques florestais para a madeira ardida, agora anunciados, e às respectivas medidas de apoio aos proprietários que a maioria chumbou e o Primeiro-Ministro agora propõe. Mais vale tarde do que nunca...

O Sr. António Nazaré Pereira (PSD): — Não é a mesma coisa!

O Orador: — Durante esta tragédia, que infelizmente ainda decorre, entendemos os apelos do Sr. Presidente da República à unidade nacional como sendo no sentido da convergência de esforços, vontades e energias, com o objectivo de combater os incêndios, prestar socorro às populações, minorar prejuízos e levar uma palavra de con-

forto às vítimas. Não entendemos as palavras do Sr. Presidente da República nem no sentido da diluição das responsabilidades nem no sentido da suspensão do direito de crítica e de discordância, nem aceitamos a treta de alguns de que somos todos culpados.

A vastidão e a intensidade dos incêndios deste ano têm causas climatéricas excepcionais, atrasos nas respostas, insensibilidade face aos avisos meteorológicos e descoordenação nos combates, mas têm também causas mais distantes e mais próximas.

Há responsabilidades graves que dizem respeito a este Governo e aos sucessivos governos do PSD e do PS, designadamente no protelamento de uma política florestal há muito identificada e aprovada; responsabilidades do governo do PS nos atrasos sucessivos na implementação da Lei de Bases da Política Florestal, aprovada com base num projecto de lei do PCP, nos atrasos da concretização dos planos regionais de ordenamento florestal, na instituição do Fundo Financeiro Florestal;...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente!

O Orador: — ... responsabilidades ainda no desmantelamento dos meios da Força Aérea de combate aos fogos. A privatização e a delegação para os privados mostrou agora as suas fragilidades e vulnerabilidades. Os privados e a «indústria do fogo» têm interesses próprios, nem sempre coincidentes com o interesse geral.

Sobre tudo isto temos autoridade para referir e sublinhar que por várias vezes aqui chamámos a atenção para os erros que estavam a cometer-se. Mas há também responsabilidades graves não só do PSD e da maioria como também deste Governo.

No Outono do ano passado, depois de incêndios como os ocorridos na Lousã e em Almoçageme, afirmámos aqui que era no Inverno que se deveria começar a tratar dos incêndios de Verão. Apresentámos nesta Assembleia da República, em 27 de Novembro, uma resolução sobre a prevenção e combate aos fogos florestais, aprovada por unanimidade. Por que não foi levada à prática?

Ao longo do ano, alertámos por várias vezes o Governo para a necessidade de dar cumprimento à resolução, designadamente em relação ao reforço dos meios de vigilância neste Verão. E porquê? Por que é que o PCP, tanto na resolução aprovada na Assembleia da República como noutras intervenções, chamou a atenção com veemência para o reforço da prevenção e vigilância este ano? Porque tínhamos tido um ano muito húmido, o que fazia prever a acumulação de muito silvado e material lenhoso, que seria pólvora sobre pólvora, tornando este Verão particularmente perigoso. Estes avisos e alertas estão vertidos nos *Diários* desta Assembleia da República.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O que fez o Governo? Ao contrário do que diz o Sr. Ministro da Administração Interna, em vez de reforçar os meios de vigilância, como o PCP insistentemente apontava, optou por uma política de cega contenção de despesas neste domínio.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Isso é mentira!

O Orador: — Os cortes orçamentais diminuíram substancialmente os meios de vigilância de prevenção. Diminuíram em 20%, Sr. Deputado!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Isso é mentira!

O Sr. José Magalhães (PS): — É triste mas é verdade!

O Orador: — Está escrito no Orçamento do Estado!

Este Governo não é responsável pela incúria dos governos do PSD e do PS que lhe antecederam nem pelas condições climatéricas, mas é particularmente responsável por não ter dado ouvido às muitas chamadas de atenção que lhe foram feitas e é particularmente responsável por não ter concretizado o proposto pela resolução aqui aprovada por unanimidade. E sobre isto não há nem livro branco, nem livro preto, nem livro cinzento que o possa apagar.

O Governo cometeu nesta matéria actos graves de negligência. Os cortes feitos na prevenção são indesculpáveis. Um só incêndio que se tivesse evitado compensaria de longe as «poupançazecas» orçamentais e pagaria a vigilância de vários anos.

E estas poupanças são ainda particularmente chocantes, permita-me que lhe diga, Sr. Ministro da Administração Interna, quando assistimos, já com os fogos em pleno desenvolvimento, a V. Ex.^a, integrado numa operação de *marketing*, mostrar a preparação das forças da GNR para o Iraque, que vão gastar mais de 8 milhões de euros. O mesmo Ministro que uns dias antes afirmava que havia meios suficientes de combate aos incêndios, quando, de forma cruel, as imagens nos mostravam vilas e aldeias a combater os incêndios com mangueiras de jardim...

O Sr. José Magalhães (PS): — E baldes!

O Orador: — ... e militares armados de sofisticados ramos, uns e outros cercados pelas chamas.

Não basta uma política assistencialista às populações, com o Ministro da Segurança Social por um lado, o Ministro da Agricultura por outro e os Ministros da Economia e das Finanças à distância. É necessário um plano de coordenação de ataque às diversas vertentes desta tragédia. São necessárias medidas gerais, medidas que tenham em conta as especificidades dos diversos concelhos e, até, medidas pontuais de apoio. Depois, é necessário cumprir e avançar com a legislação que está aprovada em relação à política florestal.

Não é preciso esperar por Outubro e por mais uma nova estratégia de reforestação. O que é necessário é cumprir a legislação existente! Passar à prática! E esperamos que assim seja.

O povo português tem um adágio conhecido, que é o de que «depois de casa roubada, trancas à porta». Srs. Deputados, vamos «pôr trancas à porta», vamos cumprir a legislação aqui aprovada! Se ela tivesse sido cumprida não estaríamos hoje nesta situação.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não se pode aceitar que, enquanto decorre a tragédia e se reúne a Comissão Permanente da Assembleia da República, na presença do Governo e do Sr. Primeiro-Minis-

tro, o Governo crie a regra de que não pode ser alvo de críticas.

Disse o Sr. Ministro da Administração Interna que enquanto deçprerem os fogos não pode haver crítica ao Governo. Em nome de quê? Em nome da solidariedade do combate. Isso é absolutamente inaceitável!

Vozes do PSD: — Não disse!

O Sr. José Magalhães (PS): — Disse, disse!

O Orador: — É uma concepção apoucada da democracia e é uma escapatória do Governo em relação ao justo exercício da crítica, que é necessário para corrigir, para alterar, para que a sociedade acredite na possibilidade de o Estado acudir nas crises e em todas as situações.

Diz-nos o Governo que a causa é, por um lado, o desígnio do Criador, as condições anormais climáticas e, por outro lado, a mão criminosa do homem. Enfim, há aqui algo que hoje deveria ser «varrido», porque os portugueses esperam que não haja a assunção da fatalidade cíclica, de que não há uma época de fogos, que não há apenas um desvio anormal em relação àquilo que tem sido uma tragédia continuada de mais de uma década. Esperam que possamos entender todos — e nisso, sim, em verdadeira coesão nacional — que uma política diferente de gestão florestal e de utilização dos meios do Estado, das autarquias, da protecção civil e outros possa vir a pôr cobro, no futuro, a tragédias desta dimensão.

Não podemos ter uma atitude de autodesculpabilização no sentido de que o aumento do quantitativo de fogos num dia tornou a possibilidade de os combater quase um absurdo, porque sabemos que esse fenómeno maior decorre do somatório de um conjunto de negligências, de falta de política de um Estado que tem estado ausente na floresta.

A questão de fundo para a qual devemos mobilizar os portugueses é a de que se quer fazer uma outra política de gestão florestal.

Hoje as soluções, aqui, parecem, até, consensuais. E volto — penso que com pertinência — à questão de fundo: quais os meios financeiros? Como vão ser dotados os programas de apoio aos concelhos?

O Sr. Ministro da Administração Interna disse que em relação aos apoios às famílias, aos apoios às pessoas não haverá poupança do Estado. Mas todos sabemos que o fortíssimo investimento que tem de ser previsto para uma reestruturação completa da nossa floresta — e com certeza levará a programas plurianuais — terá de ter uma medida de arranque, que é exactamente aquela que o País hoje gostaria de ver.

Em Outubro, o Governo, aí agindo em causa própria, trar-nos-á uma análise de como chegámos a esta calamidade. Mas trar-nos-á também nessa altura, sobretudo, a garantia de que os meios vão existir para se virar uma página na floresta portuguesa, para se mudar algo no subconsciente colectivo do povo português e mostrar que a negligência não tem prémio?

Não é esse o caminho que começamos a ver, porque se o Governo, por um lado, quer paz para a sua política e se diz condoído com a situação num momento em que não quer fazer disputa política (não se trata, aqui, de nenhuma disputa eleitoral, mas do verdadeiro e são debate político), por outro, já nos disse que está a passar culpas entre governos.

Ora, todos sabemos que há uma acumulação de negligências do Estado e dos sucessivos governos. Era preciso que hoje houvesse coesão nacional no sentido de afastar a política que está para trás e começar uma nova, mas não foi essa a atitude política assumida pelo Governo neste debate.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: — Termina, Sr. Presidente.

Política é tudo. Política é, por exemplo, o Sr. Ministro da Administração Interna não nos ter dito nada sobre o apoio que pediu à NATO ou sobre como vai conseguir convencer os portugueses da bondade da ida de tropas da GNR e de contingentes militares para o Iraque, depois desta sensação absoluta de desprotecção em relação às vidas, às pessoas e aos bens económicos.

Isto é política, é democracia e é corresponder àquilo que as pessoas esperam daqueles que os representam, porque esperam em todas as horas, as boas e as más.

O Sr. Presidente (Narana Coissoró): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Duque.

O Sr. Luís Duque (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal tem vivido uma situação inédita devido aos incêndios florestais que têm assolado o País.

No último quarto de século, o problema assumiu particular gravidade devido não só à sua extensão, como à sua persistência: desde 1980 arderam, até ao ano passado, uma média de 90 000 ha.

Este ano repete-se a dimensão do flagelo: até hoje estão grosseiramente apurados 215 000 ha de floresta ardida.

Este Verão vários foram os factores excepcionais que contribuíram para o aparecimento e propagação dos incêndios. De todos estes factores importa salientar as condições meteorológicas, marcadas por temperaturas extremamente elevadas, baixa humidade, trovoadas secas e ventos fortes, que em muito contribuíram para que os fogos florestais tenham alcançado proporções nunca antes atingidas.

Tudo isto agravado por um Inverno chuvoso e uma Primavera quente e húmida, originando a existência de muito combustível no solo e uma elevadíssima carga térmica.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Milhares de portugueses viram os seus bens transformados em cinzas e as suas vidas «invadidas» por dor, angústia e sofrimento.

Aos que por esta tragédia foram afectados, quero, daqui e em nome do meu grupo parlamentar, enviar uma palavra de respeito, solidariedade e pesar.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Milhares de portugueses combateram abnegadamente este flagelo, lutaram para que a tragédia não fosse ainda maior.

Aos que combateram os incêndios, especialmente aos bombeiros, o País deve uma palavra de reconhecimento e agradecimento por dias e noites seguidos de luta, e que

ainda continuam, mas também aos militares, às forças de segurança, aos guardas e aos Sapadores, à Cruz Vermelha, aos autarcas, desde elementos das juntas de freguesia a vereadores e presidentes de câmara — e registo-o, porque tive a oportunidade de acompanhar o empenhamento, a capacidade de organização, o apoio e o encorajamento às populações dos Presidentes das Câmaras da Chamusca, de Portalegre e de Mação, que particularmente saúdo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Os agricultores que com as suas alfaías fizeram o combate indirecto aos fogos, aceirando as terras, as suas e as dos outros, e muito especialmente os populares que, nada tendo de seu a arder e nada tendo a perder, perceberam que a comunidade como um todo beneficia da existência da floresta, tendo-se mobilizado em sua defesa.

A dignidade que assumiram, o espírito de sacrifício e disponibilidade permanente para a entreeajuda, as bem sucedidas iniciativas de solidariedade evidenciaram, no meio de tanta tragédia, a generosidade, a coragem e a determinação dos portugueses que vem ao de cima nos momentos difíceis, motivo de orgulho para todos nós, e que terá de ser aproveitada para ajudar Portugal a renascer das cinzas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — A pesada devastação do património florestal do País, a perda de vidas humanas e os elevados prejuízos materiais causados pelas chamas que percorreram — e percorrem, infelizmente, ainda — Portugal de norte a sul, reclamam uma profunda reflexão sobre as exigências nacionais de prevenção e combate aos incêndios.

A situação que todos vivemos tem de ser encarada politicamente como um marco de mudança, tem de ser aproveitada para construirmos uma floresta mais ordenada e criadora de riqueza.

Não sendo, nem pretendendo ser, um especialista na matéria — já chega os muitos que apareceram nos últimos dias —, penso que no caso concreto dos fogos deste ano e pelo que me foi dado ver não havia prevenção que os evitasse nem meios que os combatessem rapidamente.

A agressão foi tão grande, tão imprevisivelmente grande, que não havia meios de defesa que resistissem. Apos-tou-se, e bem, no essencial: nas pessoas e nas suas casas.

Mas este facto não nos desobriga de uma reflexão profunda, ouvindo e aproveitando os contributos que reputados técnicos de florestas e combate a incêndios, oriundos de diversos quadrantes, têm vindo a dar sobre este assunto, e de começar de imediato a tomar medidas.

Estamos perante uma situação nova, resultante essencialmente das graves alterações climáticas, com sobreaquecimento da terra, que exige maiores cuidados na prevenção e, provavelmente, uma forma diferente de combate aos incêndios.

E são respostas a estas situações que os portugueses, nomeadamente os mais afectados por esta tragédia, agora esperam de nós.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E não perdoarão ao Governo, a esta Assembleia, às autarquias e a todas as entidades envolvidas na gestão da floresta e combate aos incêndios se acontecer um 2004 igual a este 2003. Depois do rescaldo dos fogos deste ano, terão de nascer soluções legislativas, terão de ser elaborados programas, terão de ser executadas acções para que esta tragédia não se volte a repetir. E estão com os olhos nos políticos.

Infelizmente, há que assumi-lo, hoje, aos seus olhos, somos todos réus neste processo — todos! —, e desde há dezenas de anos atrás, por não termos previsto o que podia acontecer. E só não seremos definitivamente condenados se conseguirmos, em nossa defesa, encontrar, num vasto consenso, sem desperdícios em guerrilhas políticas, as soluções adequadas para evitar a repetição do drama e para dar resposta, por exemplo, ao apelo do Sr. Bispo de Leiria-Fátima feito no passado dia 10, que passo a citar: «Peço aos homens da ciência e dos poderes que invistam mais na promoção integral dos bens da natureza e da vida».

Há poucos dias, o Sr. Primeiro-Ministro anunciou que «nada ficará como dantes» com a «verdadeira reforma estrutural da floresta, com propostas e medidas concretas» que o Governo vai apresentar até ao final de Outubro.

O que os incêndios provaram é que, de facto, nada pode ficar como dantes. Foram muitos anos perdidos, demasiados, muita floresta ardida.

Portugal tem de evoluir para sistemas de gestão florestal mais evoluídos.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Governo respondeu com prontidão a esta calamidade. Declarou situação de calamidade pública e apresentou imediatamente várias medidas e apoios excepcionais. De salientar as ajudas de emergência às famílias que perderam as suas fontes de rendimento, às actividades agrícolas (inclusive, tanto quanto sei, já foram pagas algumas ajudas) e florestais das zonas afectadas, nomeadamente com a urgente reflorestação das áreas ardidas e a preparação urgente de legislação que contemple o reforço das competências de fiscalização das autarquias na aplicação das contra-ordenações relativas às más práticas florestais.

É deste tipo de respostas que os portugueses precisam e esperam.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Mora Amaral.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A Assembleia está hoje reunida de forma excepcional, o que é plenamente justificado pela gravidade da catástrofe humana, social e ecológica que atingiu o nosso país.

Em nosso entendimento, este é o momento de lembrar todos aqueles que perderam a vida, de lembrar as suas famílias e garantir condições de apoio aos que ficaram sozinhos por causa desta tragédia. Este é o tempo de garantir apoio àqueles que perderam todas as formas de subsistência, sendo muitos deles idosos. Este é o tempo de garantir, particularmente àqueles que viveram e estão

traumatizados pelo horror e pelo pesadelo do fogo, que serão acompanhados devidamente.

Contudo, do nosso ponto de vista, a Assembleia não deve reunir, — aliás, seria um desperdício, em termos do orçamento público — só para chorar e para aprovar um voto de pesar.

As pessoas que, ainda hoje, estão a sofrer os efeitos da catástrofe e que vêm, horrorizadas, o fogo avançar, o riquíssimo património natural que está a ser perdido, particularmente em áreas protegidas, atingindo de forma extremamente grave a biodiversidade, exigem e justificam esta reunião plenária da Assembleia da República se ela servir para mais. E mais, do nosso ponto de vista, é aceitar que os meios de que dispomos são escassos ou, pelo menos, estão mal distribuídos pelo território nacional; mais é questionarmo-nos sobre se estamos a funcionar da melhor forma para combater os incêndios; mais é perceber que não são as eventuais poupanças na prevenção que valem, mas cada hectare que, nos seus 3000 € de desperdício, tem um peso muito maior, do ponto de vista económico, para o País; mais é, também, tendo em conta algo de que o Governo hoje não quis falar, saber o que é que se vai fazer.

Em Outubro, teremos um livro branco, mas Outubro será também o tempo de, se se vai reflorestar, saber como se vai fazê-lo.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

A Oradora: — Tendo em conta os erros de reflorestação que manifestamente têm sido feitos, pela forma como têm sido privilegiadas espécies que, hoje está provado, empobrecem e põem em perigo a nossa floresta e a vida, é essa discussão que hoje gostaríamos que aqui se tivesse iniciado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (Sevinate Pinto): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este ano tem ardido tudo. Têm ardido os povoamentos, os bem e os mal instalados, os bem e os mal geridos, os bem e os mal vigiados, os sujos e os limpos, os compostos de resinosas, os compostos de folhosas, os que tem espécies florestais de protecção, aqueles que são compostos por florestas ditas comerciais. Tem ardido o pinhal, o eucalipto, os sobreiros.

Nunca nada disto tinha acontecido.

Quando tudo arde, há, evidentemente, uma dispersão de meios, e isso dificulta o combate aos fogos — toda a gente o sabe e toda a gente pode compreendê-lo.

Quanto à prevenção — e, com isto, gostaria de responder a vários Srs. Deputados que consideraram importante saber se houve ou não um desinvestimento na prevenção —, quero, desde já, dizer, categoricamente, que não houve desinvestimento na prevenção.

O Sr. José Magalhães (PS): — Só uns cortes!...

O Orador: — Toda a gente fala de prevenção. E todos têm razão quando dizem que, relativamente aos fogos, deve privilegiar-se a prevenção ao combate — efectivamente, é muito mais eficaz e muito mais barato, todos o sabemos.

O que não sei é se todos estamos a querer dizer a mesma coisa quando falamos de prevenção.

O Sr. José Magalhães (PS): — Pois não!

O Orador: — Quando falo de prevenção, refiro-me, em primeiro lugar, ao ordenamento florestal, dos espaços e das espécies,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Façam-no!

O Orador: — ... e, em segundo lugar, à gestão florestal e à silvicultura preventiva.

O Sr. José Magalhães (PS): — Exerçam-na!

O Orador: — Ora, é sobretudo nestas duas áreas que a história e o longo passado nos envergonham e dos quais nos temos de redimir colectivamente.

Evidentemente, é também importante, em matéria de prevenção, a utilização de vários instrumentos, sejam eles ou não designados de prevenção contra incêndios.

Como sabem, no que diz respeito à prevenção com a intervenção oficial, a prevenção é repartida entre as áreas da Administração Interna e da Agricultura.

Quanto à área da Administração Interna, quero assegurar-vos categoricamente que, quer no âmbito do Serviço Nacional de Bombeiros, quer no âmbito da protecção civil, quer no âmbito da ex-Comissão Nacional Especializada de Fogos Florestais, foi previsto e gasto, este ano, muito mais dinheiro do que nos anos de 2001 e de 2002. Podia redobrar-vos isto quer em estruturas florestais, quer em vigilância móvel motorizada, quer em equipas de sapadores florestais, quer na vigilância aérea, quer noutros.

No que diz respeito à minha área de competência, tem havido muitas acusações, algumas das quais na comunicação social, de que houve uma redução da prevenção. A meu ver, tudo isso resulta da confusão (aliás, tive oportunidade de dizer às pessoas que começaram a comunicar esse eventual desinvestimento que não era assim) de se ter em conta um regulamento comunitário que tem o título de «Prevenção contra Fogos Florestais» e que tem uma comparticipação no PIDDAC no âmbito do IFADAP. A única coisa que não dizem é que esse regulamento caducou no fim de 2002. Logo, é evidente que a reminiscência que resulta no âmbito do PIDDAC é para pagar projectos antigos porque, este ano, os projectos não foram considerados no âmbito deste regulamento.

O Sr. José Sócrates (PS): — Isso é que é explicação?!

O Orador: — Portanto, estou a falar-vos de formação de pessoal, de projectos-piloto, de novas tecnologias, no âmbito da prevenção, de acções no terreno, de infra-estruturas, de pontos de água, de operações de corta-fogos, de silvicultura preventiva, de caminhos, de manutenção, de sistemas de vigilância, etc.

E, nesse aspecto, tudo foi transferido para um programa que já existe há bastante tempo, o programa AGRIS, que diz respeito à prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos e, noutra componente, à gestão sustentável da floresta, que nunca teve falta de dinheiro e que continua a financiar cerca de 90 associações florestais que, há meia dúzia de anos, nem sequer existiam.

Falo-vos também da rede fixa de vigias, onde não houve qualquer desinvestimento. A rede fixa de vigias, composta de 212 torres de vigia, com duas (ou mais) pessoas em cada uma delas, tem, neste momento, um total de 900 pessoas envolvidas (incluindo os centros de coordenação), que estiveram no seu lugar, fizeram um bom trabalho e têm respondido eficazmente às necessidades.

Falo-vos do programa de sapadores, um programa muito importante, lançado em 1999 pelo governo anterior. Esse programa, que conta ainda com um número insuficiente de sapadores...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Onde é que estão?!

O Orador: — Esse número não foi reduzido! Nós aumentámos em 17 as equipas de sapadores. Formámos e investimos...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Quantos estão em actividade do Ministério da Agricultura?

O Orador: — Neste momento, são 600 sapadores! Não são suficientes, sabemos-lo, mas aumentaram!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Não são do Ministério da Agricultura, são das celuloses!

O Orador: — Não, desculpe, o Ministério da Agricultura faz a formação e faz um investimento nos equipamentos e nas viaturas. O Ministério da Administração Interna faz o pagamento de 75% dos seus custos.

O Sr. José Magalhães (PS): — Por acaso, não faz!

O Orador: — É por isso que o Ministério da Administração Interna aumentou os custos de funcionamento das equipas de sapadores.

Protestos do PCP.

Isto é a realidade, que não é, de modo algum, contestável.

Falo-vos ainda do apoio às instalações e ao funcionamento das associações florestais.

Mas quero falar-vos, sobretudo, do futuro.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao futuro, associado a esta calamidade que todos lamentamos, gerou-se um consenso nacional, que gostava de salientar, sobre a urgência, a necessidade e a prioridade nacional de uma reforma estrutural na floresta portuguesa, que possa corrigir vários desequilíbrios e vários vícios, acumulados ao longo de várias décadas, décadas de «desresponsabilidade» colectiva, de falta de ordenamento, de falta de gestão, de abandono florestal, de excessivo parcelamento fundiário, de uma estrutura fundiária extremamente limitante, de fragilização institucional, de falta de financiamento florestal, etc.

É tudo isso que iremos enfrentar com coragem e com determinação, dando-lhe a prioridade necessária. Até Outubro, como foi anunciado pelo Sr. Primeiro-Ministro, iremos dar conta desta prioridade, à qual, espero, todos possam associar-se.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, muito brevemente, em relação às compensações a que já aludimos e que já foram pagas, pedia-lhe se poderia esclarecer um pouco mais esta Câmara e os portugueses, porque me parece que isso demonstra uma prontidão até hoje nunca verificada no combate aos fogos e, mais do que isso e principalmente, no apoio às populações carenciadas.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, de facto, a resolução do Conselho de Ministros é de 4 de Agosto e no dia 13 os agricultores estavam a começar a receber directamente as compensações pelos animais mortos e pela alimentação dos animais que perderam o pastoreio com o resto dos incêndios e estavam a começar a inscrever-se no que diz respeito a toda a recomposição do potencial produtivo.

A partir de ontem, começou também a funcionar toda a estrutura de emergência do Ministério da Agricultura, com «números verdes» de informação gratuitos, e também uma intervenção na madeira ardida com um preço de intervenção de 25 €/t e a organização de parques, que, daqui a duas semanas, já estarão em funcionamento.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Nunca funcionaram!

O Orador: — Nunca me parece ter havido uma acção e uma resposta tão rápida e tão eficaz numa catástrofe desta dimensão.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos breves minutos que antecedem o encerramento deste debate, gostaria de, em primeiro lugar, em nome do Governo, sublinhar a nossa total adesão, desde o primeiro dia, à realização deste debate em sede de Comissão Permanente. Mal o Partido Socialista e o Partido Social Democrata tomaram a iniciativa, logo o Governo aderiu. Não estamos contra o debate; somos a favor de todos os debates. Mais ainda, o Governo encontra-se aqui representado por vários Srs. Ministros e, de forma inédita em Comissão Permanente, de há anos a esta parte, pelo próprio Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Esta é a prova provada de que não queremos fugir ao debate.

Mas, mais ainda, em torno desta questão, que é séria e que a todos preocupa, a nossa abertura ao debate e ao esclarecimento é total. Primeiro, porque «quem não deve, não teme», e, segundo, porque sobretudo o País deve ter direito a todos os esclarecimentos. Foi o que fizeram — e

muitíssimo bem — o Sr. Ministro da Administração Interna e o Sr. Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e o que o Governo fará ao longo de todo o tempo.

Por isso, justamente em abono deste princípio, da abertura ao debate, ao esclarecimento e à informação, devo dizer que estamos totalmente contra a ideia da criação de uma comissão de inquérito parlamentar neste domínio, que, sinceramente, nos parece uma forma de partidizar uma questão que não deve ser partidizada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Ao mesmo tempo, direi que nada temos a objectar a iniciativas de outros partidos no sentido da criação de uma comissão eventual para a apreciação da problemática dos fogos florestais. Esse, sim, pode ser um contributo sério, sereno e responsável, ao qual nada temos a objectar.

Tal prova que sabemos muito bem separar aquilo que pode redundar em combate partidário — e esta matéria deve unir e não dividir — daquilo que, por outro lado, é importante do ponto de vista do esclarecimento, da informação, de colocar tudo a nu, para que os portugueses conheçam toda a verdade.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — E é também por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que, não estando contra o debate, pelo contrário, hoje e no futuro o que nos preocupa, aquilo que nos faz ter alguma oposição é o tempo e às vezes o modo de se fazer certo tipo de debates como este. É que este debate deve sobretudo servir, hoje — neste preciso momento, em que (quero que os Srs. Deputados saibam, e seguramente já o sabem) mais 10 incêndios, de repente, ao princípio da tarde, deflagraram no distrito de Castelo Branco, em que outros incêndios, no sul do País, designadamente no Algarve, se agravaram —, para que desta Assembleia saia um sinal (e não é que não se faça o debate)...

O Sr. José Magalhães (PS): — Mas não foi o debate que provocou os incêndios, pois não?!

O Orador: — ... de um espírito de unidade nacional, de unidade entre todas as forças políticas, quanto mais não seja para constituir mais uma forma de apoio e de estímulo àqueles que, como os bombeiros, estão no terreno a dar tudo por tudo para salvar vidas e populações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Ao mesmo tempo, este debate e outros que venham a seguir-se devem ser um sinal de consenso nacional para reconstruir aquilo que foi devastado, para reconstruir tudo quanto foi destruído e para reconstruir finalmente, ao fim de décadas e décadas de reclamação (e justa reclamação), uma nova floresta, melhor gerida, melhor ordenada, que possa ela própria ser factor de riqueza, mas que não esteja permanentemente sob a ameaça da tragédia e da calamidade.

É por isso que uma ou outra crítica é injusta. Uma delas — e só queria fixar-me nessa — é a de que este Go-

verno diminuiu as verbas para a prevenção ou para a vigilância dos fogos florestais.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — É falso!

O Orador: — É injusta essa crítica, Srs. Deputados, porque não é verdadeira.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o seu tempo esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, entregarei na Mesa, daqui a instantes, um documento oficial do Ministério da Administração Interna, que prova o que estou a dizer. Para este domínio da prevenção, as verbas foram as seguintes: em 2001, 8,2 milhões de euros; em 2002, 7,7 milhões de euros; em 2003 (da responsabilidade deste Governo), 11,2 milhões de euros. Ou seja, as verbas para a prevenção e vigilância não diminuíram, aumentaram! E nós temos de ser rigorosos e verdadeiros.

Uma última palavra, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para dizer que se falou aqui muito, e bem, de negligência. Seguramente, houve muita negligência, mas também é importante que sublinhemos o seguinte: nunca, em Portugal, surgiu tanta suspeita de fogo posto. Num curto espaço de tempo, foram detidas 60 pessoas, tendo ficado em prisão preventiva mais de uma dezena, concretamente 28, o que significa a existência de indícios sérios.

Não alinho em nenhuma tese de cabala, mas o surgimento, de repente, em vários locais, ao mesmo tempo, de vários incêndios, como novamente aconteceu no dia de hoje em vários pontos do País, leva-nos também a ter de dizer que, a par da negligência havida, devemos ter um discurso firme, uma actuação firme, com «mão pesada», para que a impunidade neste domínio não possa continuar a grassar.

A mensagem que quero aqui deixar é esta: abertura ao debate, esclarecimento com serenidade, solidariedade na acção e capacidade de decisão. Mas, acima de tudo, uma tragédia como esta, que afecta todos, sem excepção, deve servir para unir, para mobilizar e para reconstruir.

É este o sentido da nossa presença aqui.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, como vamos agora passar ao segundo ponto da nossa ordem de trabalhos, em que discutiremos iniciativas apresentadas, e como foram referidos vários números, em matéria orçamental, que não correspondem à realidade, aproveitaremos esse debate para sublinhar as nossas discordâncias em relação a essa matéria.

O Sr. Presidente: — Registo, Sr. Deputado.

Srs. Deputados, terminado este debate, vamos, então, passar ao ponto seguinte, que consta da apreciação de um texto — que só dentro em pouco será distribuído porque está a ser transcrito — que fui encarregado de elaborar, apesar de, digo-o desde já, não ter nisso mérito algum, pois

o meu trabalho foi de «tesoura e cola», tendo recolhido, dos textos apresentados pelos diversos grupos parlamentares, aqueles pontos que me pareceram claramente susceptíveis de recolher o consenso de toda a Comissão Permanente. Obviamente, as divergências de opinião, libérrimas, haverão de ser objecto de debate e de tomadas de posição. Na melhor oportunidade — e isso ficou combinado em Conferência de Líderes —, voltaremos a essas diversas propostas na reunião ordinária da Comissão Permanente agendada para o dia 3 de Setembro.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, face às suas palavras, gostaria de clarificar o âmbito do debate que vamos fazer.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, naturalmente, o debate que se segue terá presente o texto que o Sr. Presidente ficou encarregado de elaborar, que teve em conta os pontos constantes das diversas iniciativas legislativas em relação aos quais havia consenso e que pudessem hoje levar a alguma votação.

Mas hoje estão também em apreciação as iniciativas legislativas, algumas das quais serão, então, votadas em 3 de Setembro. Ou seja, o debate é global.

O Sr. Presidente: — Com certeza, Sr. Deputado, isso é inquestionável. O que esses documentos não são, de modo algum, é iniciativas legislativas. Mas são, com toda a certeza, iniciativas parlamentares.

Como o documento referido ainda não me chegou às mãos, talvez seja melhor passarmos à discussão das diversas iniciativas. Poder-se-á verificar que o documento que vou apresentar se trata, exactamente, da recolha de diversas passagens dos documentos apresentados.

Srs. Deputados, vamos, então, apreciar, conjuntamente, os projectos de resolução n.º 170/IX — Expressa voto de pesar pelas vítimas dos incêndios, manifesta solidariedade aos Bombeiros e reconhecimento à Protecção Civil, às Forças Armadas, às Forças de Segurança e aos Autarcas e recomenda ao Governo a adopção de medidas urgentes de apoio às populações e de repovoamento e reordenamento florestal (PSD e CDS-PP), 171/IX — Manifesta pesar e solidariedade às vítimas de incêndios e recomenda medidas de apoio às populações e de recuperação das zonas atingidas (PS) e 172/IX — Medidas de emergência face à catástrofe dos incêndios florestais (Os Verdes) e o projecto de deliberação n.º 23/IX — Constituição de uma comissão eventual para os incêndios florestais (PCP).

Ficou decidido que cada partido disporá de 6 minutos para intervir.

Para apresentar o projecto de resolução n.º 170/IX, do PSD e do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Como já há pouco foi salientado pelo Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, a importância que o Governo dá

esta questão, a este flagelo que o País tem vivido nos últimos dias, a importância que o Governo dá à associação do Parlamento ao acompanhamento de toda esta questão está confirmada de forma inequívoca pela circunstância inédita de o Sr. Primeiro-Ministro se encontrar presente numa reunião da Comissão Permanente. Que eu tenha memória, não há antecedente de um Primeiro-Ministro ter vindo à Assembleia da República estar presente nos trabalhos de uma Comissão Permanente.

O Sr. José Magalhães (PS): — Fogos destes também é a primeira vez que acontecem!

O Orador: — Srs. Deputados, já aqui foi afirmado algo que quero reafirmar: não passa pela cabeça de ninguém, de nenhum membro do Governo ou Deputado que se possa, a propósito de qualquer matéria, e em particular a propósito desta, cercear o amplo debate que a Assembleia da República tem como Câmara eleita dos representantes do povo português.

Mas, convenhamos, há um tempo para tudo e há que distinguir situações ocasionais de incêndios cíclicos, a que assistimos ao longo dos anos em Portugal, de situações de carácter excepcional.

Estivemos na Protecção Civil e ouvimos a forma dolorosa como os técnicos referiam a sua impotência para combaterem este tipo de situação com meios normais. Ouvi esse lamento profundo por parte de pessoas qualificadas, que têm uma competência particular no combate a estes flagelos, mas que lamentavam a adversidade, a dificuldade e a impossibilidade de se fazer face a esta situação com meios normais.

Quando uma situação está acima das responsabilidades deste Governo e das do anterior, pois trata-se de factos de uma imprevisibilidade que estão acima desse tipo de discussão, quando assistimos ao sofrimento dos portugueses por este País fora com a tragédia provocada pelos fogos, quando assistimos à morte de portugueses vitimados nesta tragédia, quando assistimos a portugueses a ficarem sem os seus lares e sem haveres essenciais para a sua subsistência, numa perspectiva que, infelizmente, ainda vai ser duradoura, quando assistimos a tudo isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há uma responsabilidade prévia da Assembleia da República para além do debate pleno que tem sempre o direito de fazer, e essa responsabilidade prévia é a de não ferir a dignidade dos portugueses atingidos.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É a de não pôr em causa, não desrespeitar aquela solidariedade a que temos assistido por parte de todos os portugueses para com aqueles que têm estado a sofrer. Temos assistido nas televisões à resposta que os portugueses têm dado através dos movimentos de solidariedade.

Srs. Deputados, se fomos eleitos para sermos insensíveis a esta situação, então os portugueses enganaram-se!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quero aqui reafirmar que os portugueses não se enganaram na eleição de nenhum Deputado desta bancada! E estou convicto de que não se enganaram tam-

bém em relação à eleição dos Deputados das outras bancadas!

Até dado momento, assistimos a uma postura de solidariedade e de compreensão por parte de quase todos os grupos parlamentares, mas houve uma tentação, houve um ziguezague, vimos um grupo parlamentar muito à esquerda fugir para aí e, infelizmente, o maior partido da oposição, o Partido Socialista, não conseguiu fugir à tentação de ir atrás desse discurso, daí o ziguezague a que assistimos hoje, no sentido de acertar baterias, de uma forma injusta, fazendo críticas ao Governo e à sua acção.

Srs. Deputados, eu próprio fui vítima, por parte desse partido de esquerda, da tentativa de partidização desta questão, de fazer dela uma «arma de arremesso». Mas toda a gente constatou o silêncio total que fiz sobre a questão, e fi-lo por respeito pela memória das vítimas, por respeito pelas suas famílias, pelo que ninguém me vai ouvir fazer uma crítica pública sobre essa matéria.

Também tenho a obrigação de ser solidário, e vou sê-lo, e esta bancada será solidária com o Governo, com os bombeiros e com todos aqueles que se têm empenhado até à exaustão na defesa das vidas, dos haveres, contra uma adversidade que tem de ter uma resposta colectiva e também daqueles que estão na oposição, que têm de demonstrar com essa atitude a maturidade cívica da nossa democracia.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É este o apelo que aqui vos deixo e foi nesse sentido que apresentámos o projecto de resolução n.º 170/IX com recomendações ao Governo.

Uma das recomendações que fazemos vai no sentido de que o Governo faça, no momento próprio, a avaliação das medidas que implementou, e quero deixar claro que não é pelo facto de sermos maioria de apoio ao Governo que deixaremos de fazer o nosso juízo crítico sobre essa acção — a questão exige-o! —, mas será um juízo crítico construtivo e não de bota-abaixo como o que ouvimos aqui hoje.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Guilherme Silva, a minha intenção era questioná-lo sobre o projecto de resolução que subscreveu, mas praticamente não se referiu a ele. Em todo o caso, as suas palavras obrigam-me a fazer um comentário.

É triste que, por vezes, a cegueira política leve a que se façam declarações infelizes e que, numa segunda consideração, nem sequer haja uma contrição sobre declarações infelizes, mas uma mera reinsistência naquilo que foi dito e que o País percebeu perfeitamente.

Sr. Deputado Guilherme Silva, temos insistido, julgamos que com a seriedade necessária, na ideia de que, para uma mobilização nacional, para uma reflorestação, para uma adequada florestação, para tudo aquilo que há-de ser feito do ponto de vista da prevenção dos acidentes naturais, do combate aos fogos, etc., é necessário haver alguma perspetivação do enquadramento financeiro, para que saibamos exactamente o que é que estamos a discutir, se são algumas medidas imediatas e de urgência ou se são

medidas que, numa tendência plurianual, possam vir a confirmar uma atitude política diferente em relação à floresta.

É por isso que lhe pergunto: o Grupo Parlamentar do PSD, ao recomendar ao Governo a implementação do programa especial de emprego e recuperação económica já anunciado e co-financiado pela União Europeia, tem alguma ideia da dimensão? Qual é a dimensão ponderada?

Em relação a outro tipo de recomendações, pergunto se não vê utilidade em que, o mais breve possível, possamos ter, na Assembleia da República, uma discussão com o Governo, prioritariamente com a Sr.ª Ministra de Estado e das Finanças, porque todos queremos saber exactamente aquilo que estamos a dizer ao País, qual é a dimensão do que há-de vir a ser feito — esperamos que seja! —, na medida absolutamente necessária, para prover à enorme tristeza pela perda de haveres, pela perda dos meios económicos, pela perda de vidas e também pela perda de muita esperança e expectativas do povo português.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, antes de responder às questões que coloca, permita-me que lamente o facto de o senhor insistir na posição tomada pelo Sr. Deputado Francisco Louçã a propósito de declarações que prestei.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Uma pouca vergonha!

O Orador: — Na verdade, em declarações que prestei, disse que, face à intensidade dos fogos, face às adversidades climáticas, face ao número de pessoas envolvidas, tínhamos de considerar que, felizmente, não tinha havido mais mortos a lamentar, porque tinha havido uma acção empenhada dos bombeiros e de todos os que estiveram a combater as chamas e que tínhamos de mostrar gratidão e reconhecimento especiais por a tragédia não ter sido maior.

Ora, os senhores isolaram a frase do meio em que eu dizia que, relativamente à dimensão da catástrofe, havia um número restrito de vítimas e que esse número poderia ter sido muito maior não fora a acção dos bombeiros e, em relação a essa frase truncada, o Sr. Deputado Francisco Louçã — que me conhece e sabe muito bem que o sentido da expressão por mim utilizada não tinha o alcance que entendeu dar-lhe — acusou-me de falta de sensibilidade, de desumanidade e de falta de solidariedade. Fez uma coisa que eu nunca faria ao Sr. Deputado Francisco Louçã ou a qualquer outro Sr. Deputado desta Câmara!

Protestos do Deputado do BE Luís Fazenda.

Quero dizer-lhe que quando me apercebi de que a TSF estava a emitir essas minhas declarações reagi imediatamente, telefonando para lá, pelo que a TSF, pedindo desculpa, retirou a peça da emissão. Apesar disso, a comunicação social, o Sr. Deputado Francisco Louçã e agora o Sr. Deputado Luís Fazenda tornaram a repeti-lo.

Protestos do Deputado do BE Luís Fazenda.

Sabe, Sr. Deputado, há regras na política! Há uma ética na política. Há um mínimo que deve ser salvaguardado. Não

construímos a democracia que desejamos para os nossos filhos com esse tipo de atitudes!

Mas, Sr. Deputado, não me ouvirá mais uma palavra sobre este assunto, porque a memória e o respeito por aqueles que sofreram e pelas vítimas e pelas suas famílias exige-me este silêncio e a minha solidariedade!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha terminou.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Em relação às questões que o Sr. Deputado coloca, julgo que ouviu da parte dos membros do Governo presentes que, apesar das dificuldades financeiras, não haverá limitações para acorrer a este sofrimento e a esta dor. E é isto que está certo! O Governo tem o dever, tem a obrigação de exigir aos portugueses que não sofreram na pele estas consequências a sua solidariedade e a sua renúncia, para que aqueles que sofreram recebam uma compensação. Isto é gerir com humanidade, o que é também uma marca deste Governo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado António Costa inscreveu-se para formular um protesto em relação à intervenção do Sr. Deputado Guilherme Silva.

Tem a palavra, Sr. Deputado. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Guilherme Silva, falou de maturidade cívica. Durante a Segunda Guerra Mundial, enquanto Londres estava a ser bombardeada, o Parlamento britânico nunca encerrou as suas portas e sempre se manteve em funcionamento.

Sr. Deputado, maturidade cívica é cada órgão de soberania saber exercer as suas competências e não se demitir do exercício das mesmas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Esta matéria não é susceptível de ser tratada com chicana, por isso não comentarei as frases que o Sr. Deputado ou o Sr. Ministro do Ambiente disseram e que, enfim, são o verdadeiro contributo que têm dado para o glossário do anedotário político ao longo desta crise.

Vozes do PS: — É verdade!

O Orador: — Não vamos por aí!

Mas há uma coisa que o Sr. Deputado não pode presumir que vamos fazer, ou seja, que nos vamos demitir da nossa função e admitir que a Assembleia da República se demita da sua função de apuramento das responsabilidades e de fiscalização política da acção do Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não nos atire contra bombeiros, contra populações, contra vítimas! A Assembleia da República não fiscaliza a actuação dos bombeiros, não fiscaliza as vítimas e, naturalmente, não fiscaliza aqueles que têm padecido ao longo destas semanas devido a esta calamidade. Com todos eles estamos solidários e, no primeiro minuto dos trabalhos desta reunião da Comissão Permanente toda a Câmara se levantou num sentido minuto de silêncio

da mesma forma que toda a Câmara votará o voto que vai apresentar, em nome de todos nós, o Sr. Presidente da Assembleia da República.

Estaremos unidos e solidários na acção, mas exigimos a maioria e ao Governo solidariedade no apuramento da verdade e das responsabilidades.

É evidente que não se vai apurar hoje. Os senhores já têm juízos feitos sobre as causas dos fogos, mas nós não temos e entendemos que essas causas devem ser apuradas. E há um aspecto sobre o qual não temos a menor das ilusões: não se combaterá nem se prevenirá a repetição de uma calamidade desta natureza sem um cabal esclarecimento das causas da que hoje estamos a atravessar. E dessa função a Assembleia da República não se pode demitir.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Portanto, Sr. Deputado, não venha fazer chicana política. Faça aquilo que lhe compete, como nós faremos. O exercício da actividade política não é uma actividade de chicana, é uma actividade nobre da qual nos honramos.

E quero dizer-lhe que não nos revemos nem nunca nos aceitaremos rever na visão que o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares e V. Ex.^a têm das comissões parlamentares de inquérito. As comissões parlamentares de inquérito não são um palco de combate partidário, não aceitamos que o sejam e condenamos vivamente quando VV. Ex.^{as} o fazem.

Cresçam democraticamente, deixem as comissões parlamentares de inquérito serem comissões responsáveis de um órgão responsável, que representa a soberania nacional, porque, certamente, Portugal terá muito a ganhar com o funcionamento de uma comissão parlamentar de inquérito, desde que VV. Ex.^{as} a deixem funcionar nos devidos termos.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, enganei-me há pouco quando indiquei que o Sr. Deputado António Costa dispunha de 2 minutos para formular o seu protesto. Conforme dispõe o artigo 94.º do Regimento, o tempo para protesto é de 3 minutos, o contraprotesto é que tem a duração de 2 minutos.

O Sr. Deputado Guilherme Silva não dispõe de tempo para fazer um contraprotesto, mas o CDS-PP cede-lhe os 2 minutos que o Regimento prevê.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Costa, cá estamos reunidos nas mesmas circunstâncias em que o Parlamento inglês reunia durante a guerra. Mas há uma coisa que o Sr. Deputado pode confirmar se consultar as actas do Parlamento inglês dessa altura. É que não havia partido nenhum da oposição a atacar o governo!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Andou a ler as actas do Parlamento inglês?!

O Orador: — Pelo contrário, expressava unânime solidariedade pela luta em que Inglaterra estava envolvida.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Era essa solidariedade que gostava de ter visto aqui expressa, designadamente pelo seu partido, que é o que, como maior partido da oposição, tem maiores responsabilidades.

Em relação às comissões parlamentares de inquérito, penso que VV. Ex.^{as} não têm a mínima moral para falarem nelas, porque se há partido que fez das últimas comissões parlamentares de inquérito um palco para a maior chicana política foram VV. Ex.^{as} — até greve fizeram, não comparecendo nas reuniões para que eram convocados. Quer maior chicana política do que esta? Acha que há maior chicana política do que, no seio do Parlamento, em que há o dever de os Deputados participarem em todos os trabalhos, VV. Ex.^{as} fazerem greve e não comparecem, como sucedeu numa das últimas comissões parlamentares de inquérito?

Vozes do PSD: — É verdade!

O Orador: — Sr. Deputado, a minha posição continua a ser a mesma: há um tempo para tudo. Num momento em que ainda há populações a sofrer na pele este flagelo dos incêndios, a Assembleia da República deve ter uma atitude institucional convergente de solidariedade para com aqueles que sofrem. A seu tempo se discutirá esta matéria com toda a profundidade e com a perspectiva de tomarmos medidas para o futuro com vista a prevenir este tipo de situações.

Está colocada sobre a mesa, como foi já referido por uma Sr.^a Deputada, a discussão sobre o facto de estar a ocorrer uma mutação climática com um sobreaquecimento do planeta. Porventura, este fenómeno, que foi agora excepcional, poderá tornar-se regular. Temos de reunir elementos científicos para nos apetrechamos em relação a esta matéria. Trata-se de uma questão com uma dimensão que exige até a cooperação internacional. Tivemos ajuda de vários países e temos de o reconhecer, conforme fizemos na resolução que apresentámos. Por isso, quando temos este tipo de ajudas vindas de fora, Srs. Deputados, temos de nos unir cá dentro!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para apresentar a iniciativa do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Vitalino Canas.

O Sr. Vitalino Canas (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Sr. Primeiro-Ministro reconheceu há dias o carácter heróico da actuação daqueles que combateram os incêndios no terreno: as populações, os autarcas e os bombeiros. Subcrevemos sem reserva essa apreciação.

Mas não podemos deixar de assinalar o contraste abissal entre essas palavras de apreço pelos bombeiros e o modo como eles têm sido tratados pelo Governo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Talvez o Primeiro-Ministro não se recorde, ou não tenha dado conta disso, que há uns meses atrás esta Assembleia da República, por iniciativa do Partido Socialista, promoveu a audição do Ministro da Administração Interna, do Presidente da Liga dos Bombeiros Portugueses e da Associação Nacional dos Bombeiros Profissionais. Os temas que nos preocupavam já então eram o

processo de fusão do Serviço Nacional de Bombeiros e do Serviço Nacional de Protecção Civil, assim como a preparação do dispositivo de combate aos incêndios do Verão.

Formularam, então, os bombeiros acusações violentíssimas ao Governo sobre o modo como a criação do novo SNBPC (Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil) foi conduzida e sobre os graves riscos de operacionalidade que ela comportava.

Registámos também preocupantes avisos sobre a forma deficiente como o dispositivo de combate aos incêndios de Verão estava a ser preparado. Recorde-se, por exemplo, que neste ano os grupos de primeira intervenção foram constituídos tardiamente e que os meios aéreos foram contratados no último minuto. Além disso, o investimento em material de combate aos incêndios praticamente cessou no ano passado e neste ano.

Estas preocupações sobre a operacionalidade do sistema não eram novas e o Partido Socialista já delas tinha dado conta há vários meses, designadamente num debate em Plenário com o Ministro da Administração Interna, realizado no final de 2002.

Entre Abril e Junho últimos, o Partido Socialista fez, de novo, eco destas preocupações, agora dramaticamente amplificadas pelos bombeiros, no Plenário e na comunicação social. Recordo um texto, publicado na revista *Alto Risco*, onde sublinhei algumas evidências sobre o modo deficiente e ligeiro como o Governo estava a preparar-se para o que é, independentemente desta ou daquela circunstância, sempre uma época crítica, a época de Verão. O artigo intitulava-se *Brincar com o Fogo*.

O próprio Presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, então há poucos dias em funções, se apercebeu dos riscos, apesar da sua manifesta impreparação para o cargo. Na primeira entrevista que deu, recorde-se, entre outras afirmações surpreendentes, reconheceu que o momento escolhido pelo Governo para a fusão não era o mais oportuno.

Não era possível permanecer insensível a tais avisos, mas o Governo desvalorizou-os ou ignorou-os. E agora, quando se fala da necessidade de unidade nacional para combater a calamidade, com a qual concordamos, é necessário também que se diga que a construção da unidade nacional se faz com boa fé e diálogo e não com ignorância daquilo que a oposição vai dizendo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — A pergunta que se coloca é a seguinte: terão hoje o Primeiro-Ministro, o Ministro da Administração Interna e os restantes Ministros coragem para dizer, olhos nos olhos, às populações, aos bombeiros, aos autarcas que o Governo fez tudo o que podia fazer?!

Aos autarcas e às populações que se queixam de deficiências de coordenação, de modo generalizado, de falta de meios, de terem de combater os fogos sozinhos, de deficiências operacionais, pode o Governo dizer que nada disso é verdade?!

Não se trata apenas de admitir que o sistema teve falhas, como já fizeram o Primeiro-Ministro, o Ministro da Administração Interna e também, agora, o próprio Presidente do SNBPC. Trata-se de admitir com humildade que o Governo falhou. E falhou, desde logo, quando menosprezou os avisos que em tempo útil, muito antes de Agosto, lhe foram endereçados com serenidade, equilíbrio e responsabilidade.

Que maior exemplo de falha do Governo e do sistema que montou se pode apontar do que o facto de o Governo ter demorado vários dias a aperceber-se da gravidade da catástrofe?

Já o Sr. Presidente da República andava há vários dias no terreno sugerindo, aliás, a declaração de calamidade pública e ainda o Sr. Primeiro-Ministro, após o Conselho de Ministros do Porto, desvalorizava a situação e se mostrava confiante na adequação dos instrumentos mobilizados pelo Governo para enfrentá-la essa mesma situação!

Enganaram o Primeiro-Ministro ou enganou-se este redondamente. Qualquer das hipóteses é, obviamente, grave.

Mas mais grave é a suspeita de que muitas das deficiências que agora se comprovam resultam da simples vontade de economizar uns «patacos». O Sr. Primeiro-Ministro dizia há uns dias que ninguém poderia pensar que o esforço de contenção orçamental do Governo seria colocado à frente da necessidade de enfrentar esta calamidade.

O problema é que se suspeita que esse mesmo esforço poderá ter sido parcialmente responsável pela dimensão que a catástrofe adquiriu. Só isso pode explicar a forma precipitada e inoportuna como o Governo forçou a fusão do SNB com o SNPC.

O Sr. António Costa (PS): — Exactamente!

O Orador: — Só isso explica que matas nacionais tenham ficado por limpar neste ano; só isso explica que o esforço de investimento nos bombeiros tenha sido interrompido; só isso explica a perda de autonomia financeira daqueles serviços.

Consequentemente, é a política global do Governo que está, mais uma vez, em causa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

São estas as perguntas a que o Governo terá de responder. E para isso não basta, obviamente, a formação de uma comissão de acompanhamento, é necessário que haja uma comissão de inquérito. E aqui temos de ouvir uma resposta clara sobre se o Governo quer responder ou quer fechar-se em silêncio sobre todas estas perguntas. Porque se quiser fechar-se em silêncio, então, criará a tal comissão de acompanhamento; se quiser responder, se aceitar responder, então, aceitará a criação da comissão de inquérito.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos inscreveu-se o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo; no entanto, uma vez que o Sr. Deputado Vitalino Canas já não dispõe de tempo, informo que o CDS-PP cede algum do seu tempo para o Sr. Deputado poder responder.

Tem a palavra, Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Vitalino Canas, julgo que se nesta discussão tivéssemos de arranjar melhor exemplo para a motivação política do PS, certamente que encontraríamos esse exemplo nesta comissão eventual de inquérito que dizem querer criar.

Sr. Deputado, como sabe, participei em quase todas as comissões parlamentares de inquérito criadas desde 1997 e, devo dizer-lhe, o uso que delas foi feito pelo Partido Socialista não é de molde a considerarmos que a motivação do Partido Socialista, com a criação de mais uma comissão de inquérito, é a melhor. Não tenho dúvidas de que a única motivação do Partido Socialista, com esta proposta que apresenta, é a de fazer manifesta chicana política.

Protestos do PS.

Dou-lhe dois exemplos.

Um, é o da Comissão Parlamentar de Inquérito à Fundação para a Prevenção e Segurança. O Sr. Deputado recorda-se quando Deputados do Partido Socialista, então maioria, abandonavam os trabalhos para evitar que deliberações fossem tomadas?! Recordar-se, Sr. Deputado?

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O outro, mais recente, é o da Comissão Parlamentar de Inquérito a decisões tomadas no âmbito da Polícia Judiciária. O Sr. Deputado recorda-se como o Partido Socialista, não se conformando democraticamente com a deliberação da maioria com assento nessa Comissão, apresentou, fora da sala de reuniões, através de um outro relatório, à data apelidado de «fantasma», as suas conclusões?!

Protestos do PS.

Sr. Deputado, dou-lhe, até, um outro exemplo. Viu bem como, antes mesmo de ter sido deliberado o que quer que fosse relativamente à comissão de inquérito proposta agora pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado e o Partido Socialista já tiraram conclusões e já acusaram o Governo quanto às suas responsabilidades?!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Protestos do Deputado do PS.

Então, o Sr. Deputado Vitalino Canas vem dizer ao Plenário que, com boa fé, quer criar uma comissão de inquérito para avaliar causas e a responsabilidade do Governo e não hesitou já em «apontar o dedo» ao Governo, imputando-lhe todas as responsabilidades?! Então, Sr. Deputado, onde está a boa fé do Partido Socialista com a criação desta comissão de inquérito?!

O Partido Socialista já tirou as suas conclusões...

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... e, por isso, Sr. Deputado Vitalino Canas, pergunto-lhe se não fará muito mais sentido (antecipando aquilo que é uma chicana que nós, ingenuamente, não estamos dispostos a considerar, devo dizer-lhe) apresentar, de imediato, as conclusões que, com toda a certeza, já tirou.

O Sr. José Magalhães (PS): — Só falta negar que houve fogo!

O Orador: — Sr. Deputado, para perceber que não há qualquer lógica estrita de bloqueio, como contraponto,

deixe-me apresentar-lhe aqui um elogio possível, naturalmente, à iniciativa sugerida pelo Partido Comunista Português — e, aí sim, parece-me, com alguma boa fé — ao pretender que seja feito um acompanhamento, com a participação de muitas entidades, para, no final, se perceber aquilo que aconteceu. Por que é que os senhores não adoptam a proposta do Partido Comunista Português? Prestarão, certamente, um bom serviço ao parlamentarismo e, muito mais do que isso, prestarão certamente um bom serviço ao País.

Protestos do Deputado do PS José Sócrates.

Deixem de querer acabar com a eficácia e com a razão de ser das comissões parlamentares de inquérito, porque, aí sim, também estão a prestar um mau serviço ao Parlamento e, naturalmente, ao País.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. José Magalhães (PS): — Portanto, quanto a comissões de inquérito nunca mais!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Vitalino Canas.

O Sr. Vitalino Canas (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, quanto à questão da construção antecipada das conclusões da comissão de inquérito, creio que teríamos de vos pedir a «tecnologia» necessária, uma vez que a conclusão antecipada das comissões de inquérito são vocês que a sabem fazer, como provaram no inquérito às questões do Metro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Mas aquilo que o Sr. Deputado aqui nos vem dizer é que nunca mais vai haver comissões de inquérito, a não ser aquelas que a maioria quiser fazer para fiscalizar o Governo que apoia, que não confia nas comissões de inquérito.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — Nós continuamos a confiar nesse instrumento fundamental de fiscalização do Governo e também de resposta às questões que o País levanta. E o País, neste momento, está a levantar questões às quais a maioria, hoje, aqui não quis responder. O País quer saber o que correu mal nesta catástrofe, nesta calamidade.

O Governo veio dizer que foi o clima (porventura, terá uma grande quota parte de culpa), que foi a mão criminosa, mas terminou aí. Não é verdade, Sr. Deputado! Nós já tínhamos antecipado a possibilidade de alguma coisa correr mal nesta época...

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... e queremos saber se, efectivamente, correu mal ou não e o que podemos fazer de futuro para que não volte a correr mal. Para isso, propomos que se constitua uma comissão de inquérito, não apenas para avaliar a culpa e a responsabilidade mas também aquilo que pode fazer-se no futuro.

O nosso projecto de resolução está apresentado, é equilibrado e parece-me que a sua aprovação pelo Parlamento dignificaria esta Assembleia da República.

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para apresentar o projecto de deliberação n.º 23/IX, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Partido Comunista Português propõe a criação de uma comissão eventual para os incêndios florestais, que, com serenidade mas total responsabilidade política, ouvindo especialistas, bombeiros, protecção civil, autarcas e o Governo, permita que a Assembleia da República, ela própria, faça uma reflexão sobre as razões e os factores que estão na base da catástrofe que neste momento está a atingir o País e, além disso, adopte as recomendações, as propostas e o relatório que entender adequados para que, no futuro, o País não volte a viver o drama que hoje o atinge.

Queremos ver tudo discutido: desde as questões estruturais, que envolvem a política florestal, o ordenamento da floresta portuguesa e as razões por que não são executados há muito os instrumentos legislativos que estão aprovados e em vigor para esse efeito,...

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Muito bem!

O Orador: — ... até à forma como estão organizados no País os meios de detecção, de vigilância e de combate a incêndios, incluindo as condições que neste ano de 2003 rodearam a sua organização, operacionalização ou desorganização, bem como o acompanhamento da execução das medidas que foram já anunciadas ou que venham ainda a ser decididas sobre esta matéria.

É nosso entendimento, Sr. Presidente, que com esta comissão eventual a Assembleia da República, sem diminuir minimamente a sua crítica política ao que tiver de ser feito, poderá dar um contributo sério para que o País, no mínimo, no futuro, não se veja de novo perante dramas idênticos.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — E há toda a justificação para a fazer.

A dimensão extrema que os incêndios assumiram neste ano e as suas trágicas consequências de ordem humana, económica, social e ambiental já foram aqui suficientemente sublinhadas.

É verdade que a catástrofe que percorre hoje a floresta e o País não tem precedentes pela dimensão atingida, mas, infelizmente, pesem embora as especiais condições climáticas e a particular dimensão que os incêndios atingiram, este não é um ano original.

Infelizmente, ano após ano, a nossa floresta é percorrida por incêndios.

Infelizmente, todos os anos, recorrentemente, Srs. Deputados, nós ouvimos os mesmos discursos: os discursos de solidariedade, com os quais também partilhamos, para com as populações, para com os bombeiros, para com os autarcas, para com todos quantos estão envolvidos neste processo e os discursos de reflexão crítica sobre a estru-

tura florestal e a necessidade de mudar. Mas essa mudança nunca ocorre.

Ainda anteontem, ouvimos o Sr. Primeiro-Ministro dizer que em Outubro o Sr. Ministro da Agricultura irá apresentar uma estratégia para a floresta portuguesa. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, nós temos a Lei de Bases, temos o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Floresta Portuguesa, temos o vosso próprio plano de acção florestal. A estratégia está definida; o que é preciso é pô-la em prática!

Onde estão os planos regionais de ordenamento florestal, os planos de gestão, os apoios ao associativismo, os apoios à limpeza das matas face às condições concretas da nossa floresta e às condições sociais dos seus proprietários?!

E, Sr. Ministro da Agricultura não é verdade que as verbas não tenham diminuído. Na vertente dos planos regionais de ordenamento florestal, só em relação a 2002, as verbas disponíveis no orçamento diminuíram 70%!

O Sr. José Sócrates (PS): — Grave acusação!

O Orador: — Em 2002, o Sr. Ministro tinha, para os planos regionais de ordenamento florestal, e era pouco, em PIDDAC, 336 000 euros, em 2003, baixou para 100 000 euros.

Sr. Ministro, por que é que em Janeiro a maioria recusou aqui um ponto do nosso projecto de resolução, projecto esse que foi aprovado, depois de ter sido retirado esse ponto, porque não tinha o acordo da maioria, para a criação de parques de recepção de material lenhoso ardido para evitar a especulação e agora o Governo, sobre a hora, embora tardiamente, vem criá-los?

O Sr. José Sócrates (PS): — Isso é uma grave acusação!

O Orador: — Queremos ver discutidas questões sobre esta matéria.

Mas também queremos ver discutidas, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, as questões mais imediatas da organização dos nossos meios de combate.

Hoje, em Portugal, nós assentamos os meios de combate no voluntarismo empenhado, sacrificado, dos bombeiros voluntários. Mas nós não podemos pedir-lhes aquilo que não lhes compete fazer!

Por que razão não se criam em Portugal equipas especializadas profissionais de sapadores florestais que ataquem os incêndios no Verão, porque o ataque aos incêndios é uma ciência, Srs. Ministros, e que nos períodos fora desta época aproveitem para proceder à vigilância das florestas? Por que razão o Ministério da Agricultura os desactivou e praticamente só estão a funcionar os que estão associados às empresas de celulose?!

Em relação aos guardas florestais, essenciais para percorrer a floresta e detectar os primeiros focos antes de se desenvolverem, por que razão temos cerca de 700, nem todos envolvidos na floresta, quando o quadro é de 1030? Hoje, cada guarda tem à sua vigilância cerca de 22 000 hectares de floresta.

Por que razão não temos meios flexíveis, brigadas helitransportadas, que possam ser enviadas logo que haja detecção do incêndio para evitar que ele se desenvolva?

Por que razão não temos meios aéreos próprios? Somos o único país que não tem. O Partido Socialista nunca os quis e o Governo também ainda não os implementou!

Por que razão não multiplicamos os pontos de vigia?

Por que razão não criamos e reformulamos toda a estrutura de combate aos fogos florestais?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o tempo de que dispunha esgotou-se. Tenha a bondade de concluir.

O Orador: — Vou concluir, Sr. Presidente.

São todas estas questões que queremos ver avaliadas na comissão eventual que propomos. Sem nos demitirmos do direito à crítica, queremos prestar um contributo positivo ao País.

Devo dizer que esta proposta não é original. A Assembleia da República nesta matéria não se tem demitido de intervir. Recordo que, em 1990, foi criada uma outra comissão eventual que fez um importante relatório final, aprovado por unanimidade.

Sr. Presidente, vale a pena reler as conclusões desse relatório, aprovadas em Abril de 1991, porque está cá quase tudo. Estamos a discutir, 12 anos depois, muitas das medidas que há 12 anos a Assembleia da República sugeriu.

Infelizmente, é necessário voltarmos ao tema. É para isso que queremos a comissão eventual, mesmo para repetir muitas das coisas que foram concluídas, mas, sobretudo, para que possamos encontrar a base de consenso necessária a fim de que, de uma vez por todas, se adoptem políticas estruturais, políticas de detecção, de vigilância e de combate que possam não direi eliminar os fogos, porque, porventura, nunca será possível eliminá-los em países como o nosso, mas, pelo menos, limitá-los, condicioná-los e fazer diminuir no País tragédias como a que estamos a assistir.

É esse o sentido da nossa comissão!

Aplausos do PCP.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para apresentar o projecto de resolução n.º 172/IX, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.ª e Srs. Deputados: Estamos a discutir uma proposta que é apresentada num contexto específico de um País onde os fogos florestais têm uma incidência extremamente elevada. Aliás, é bom recordar que se há duas décadas ardiam, em média, 55 000 ha, na última década, arderam mais do dobro desses hectares.

Aquilo que se verificou neste ano é uma situação de excepional gravidade pela sua dimensão e pelo tipo de problemas sociais, ambientais e humanos que criou e, do nosso ponto de vista, essa situação excepional exige, ela própria, uma resposta com natureza excepional.

Neste debate, o Governo tem procurado, de algum modo, amordaçar a discussão a pretexto de que é preciso haver um envolvimento de todos na sociedade para dar resposta a este gravíssimo problema, que atinge muito especialmente algumas regiões, concelhos e aldeias, mas que é uma perda para todo o território nacional. Em nosso entendimento, um problema nacional com esta gravidade exige e impõe-nos o dever de não nos afastarmos, de não deixarmos de procurar propor, quando possível, medidas que pontualmente minimizem aquilo que é possível minimizar, sendo certo que a perda de vidas não é passível de repa-

ração, como tão-pouco a destruição de formas de vida, de formas de cultura, daquilo que durante anos e anos muitas pessoas construíram.

O nosso projecto de resolução, em primeiro lugar, chama a atenção para uma questão relativamente à qual não ouvimos o Governo pronunciar-se e que, de resto, poder-se-á dizer tratar-se de um aspecto particular. A vivência da experiência do fogo, do horror que ele provoca, particularmente pelos idosos, que no fundo são a população que ainda resta no mundo rural, que tem vindo a ser destruído, e pelas crianças é particularmente traumatizante. Entendemos que, independentemente das questões formais que possam ser invocadas, como seja o retomar dos trabalhos da Assembleia em meados de Setembro, exige-se desde já que este aspecto particular seja tido em conta e que apoio psicológico e pedopsiquiátrico seja garantido às crianças e jovens que viveram esta experiência traumatizante.

Trata-se de um aspecto que, desde já, deveria sair resolvido desta Comissão Permanente, que não visa cumprir um ritual mas, sim, dar um sentido útil à nossa responsabilidade enquanto Deputados na Assembleia da República.

Um segundo aspecto que nos parece da maior importância tem que ver com algo que o Governo tem anunciado, concretamente o Sr. Primeiro-Ministro: meios financeiros especiais para dar resposta às necessidades extremamente grandes de apoiar, nalguns casos, municípios, regiões quase inteiras devastadas pelos incêndios, pelos fogos florestais.

Ainda hoje a bancada do PSD, pela voz da Sr.^a Deputada Leonor Beleza, reafirmou que não haverá limites para o apoio às comunidades, às populações. Esse apoio, do nosso ponto de vista, pelo dramatismo e pela amplitude da catástrofe humana, social e ambiental, deverá ser suficientemente grande para justificar a autonomização num orçamento próprio, desde logo também se falarmos num outro aspecto, o da florestação.

Quando observamos a vivência dos últimos anos, de 1991 para cá, verificamos que a área florestada é três vezes inferior à que ardeu. Não há florestamento possível se não houver um quadro financeiro para o fazer. É demagógico falar em florestamento se não se falar no investimento faseado para o mesmo, que, como todo imaginamos, não é propriamente barato. Trata-se de um investimento pesado, pelo que ou tem suporte financeiro ou será uma medida completamente avulsa.

Uma outra das nossas propostas é a criação de uma comissão eventual. Para nós, Grupo Parlamentar Os Verdes, a situação criada tem gravidade suficiente para justificar, fundamentalmente em nome das vítimas, que se apure toda a verdade, que se apurem as responsabilidades, que se perceba o que funcionou bem ou mal e o que tem de ser corrigido. Mais do que chorar, mais do que as lágrimas, aquilo que pode significar mudança e ser o sentido da verdadeira compreensão desta tragédia são alterações significativas na forma de organizar a floresta. Porventura, algumas alterações implicam investimentos, outras implicam sobretudo que se discuta com os técnicos.

É nosso entendimento que a Direcção-Geral de Florestas tem de ter um papel mais activo e um outro protagonismo em relação às alterações. É nosso entendimento que não só tem de ser feito com clareza o recenseamento do que correu mal como também tem de ser discu-

tido, até numa perspectiva futura, aquilo que se quer da floresta, particularmente das áreas protegidas.

Cerca de 14% das áreas protegidas estão, neste momento, perdidas, atingidas pelos fogos, o que significa, do ponto de vista do património nacional, em termos da biodiversidade, uma catástrofe de grandes dimensões. A intervenção aí a ser feita tem de ser específica, acautelada. Sobre esta questão não ouvimos o Ministro da tutela dizer o que quer que fosse, mas é seguramente um problema que, pela tutela ou não, o Governo tem de equacionar.

Do nosso ponto de vista, é tempo também de discutir questões — e esta Assembleia deveria fazê-lo — como a do futuro da floresta, tendo em conta os aspectos da responsabilidade pela limpeza das matas, do ordenamento florestal, do cadastro das nossas florestas, que está por fazer, do associativismo, da gestão pública, nomeadamente dos baldios, da prevenção das áreas protegidas e parques naturais, da reflorestação das espécies autóctones e da importância da floresta mista.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o tempo de que dispunha.

A Oradora: — Termina já, Sr. Presidente.

Tendo em conta também a própria questão, numa outra perspectiva, da tutela da floresta, da prevenção dos incêndios e do combate.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é este o sentido das nossas propostas. Pensamos que parte delas, nesta fase, deveriam ser acolhidas pela maioria.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: Algumas breves palavras no encerramento deste debate.

A primeira delas é sobre a postura que o Governo teve desde o primeiro dia em relação a esta tragédia, uma tragédia que, infelizmente, ainda não acabou.

Quando deflagraram os primeiros incêndios na zona da Sertã, o Governo teve desde logo uma atitude serena mas muito firme e muito determinada — a primeira decisão do Conselho de Ministros sob orientação do Primeiro-Ministro foi logo no dia 24 de Julho —, e assim continuou, com todos os dados publicamente conhecidos. Eu diria que não houve nenhuma falha, nenhum esquecimento; houve uma atitude de serenidade, de discrição, quando era o caso, mas sempre, sempre, de grande determinação, sob orientação do Primeiro-Ministro, que esteve no terreno em vários momentos, em várias ocasiões.

Quero sublinhar de uma forma particular, porque dentro do Governo teve o trabalho importante, difícil e exigente de coordenação, a actuação notável, abnegada, empenhada, generosa e competente do Sr. Ministro da Administração Interna.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Noutro plano, foi aqui mencionada, e muito bem, a actuação, a presença, a palavra e a mensagem do Sr. Presidente da República, também um excelente exemplo.

Desde o primeiro dia, quando os primeiros incêndios deflagraram na Sertã, o Sr. Presidente da República e os Srs. Ministros da Administração Interna e da Agricultura,

do Desenvolvimento Rural e das Pescas deram um excelente exemplo de cooperação institucional entre Presidência da República e Governo. Exemplo de cooperação institucional que se tem mantido, uma vez mais, particularmente nesta matéria, na relação entre Presidente da República e Primeiro-Ministro. Excelente exemplo este, porque é sempre importante a boa cooperação institucional, mas ela é ainda mais importante como sinal para o País num momento de drama, de sofrimento e de tragédia.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, estão todos de parabéns, incluindo o Sr. Presidente da República.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A segunda palavra é para sublinhar a abertura que já há pouco mencionei. Há abertura para todo o esclarecimento, para toda a informação, de uma forma serena e responsável, por isso referi, na minha intervenção de há instantes, a total abertura do Governo para a viabilização, se a Assembleia assim o entender, da iniciativa apresentada pelo PCP relativamente à criação de uma comissão eventual para análise desta problemática.

Tudo nos separa ideologicamente do PCP, mas queremos que o debate e o esclarecimento se façam de uma forma serena, séria e responsável; pode ser numa comissão eventual, como o PCP propõe, e para a qual o Governo tem toda a disponibilidade.

Sejamos claros: trata-se de averiguar se houve ou não falhas operacionais. Tudo deve ser analisado, porém, pela nossa parte, no que se refere à responsabilidade política, essa, assumimo-la por inteiro, porque do ponto de vista da acção política tudo se passou com serenidade, com determinação e com total eficácia.

É bom este consenso em torno da criação de uma comissão, que também há-de ajudar a preparar o futuro, como já foi dito aqui por vários intervenientes, e bem. E o futuro, como tem vindo a ser sublinhado no País e também hoje neste debate, passa muito por, finalmente, ao fim de tanto e tanto tempo, em que, porventura, todos chamaram a atenção mas todos também têm a sua quota parte de responsabilidade, uma nova visão da floresta: uma floresta diferente, com outro ordenamento, com outra eficácia, que esteja mais próxima da necessidade de valorizar a riqueza que ela é e o ambiente e menos próxima da intempérie, da calamidade ou da tragédia.

Aquilo de que, num curto espaço de tempo, o Sr. Primeiro-Ministro incumbiu o Sr. Ministro da Agricultura não é de fazer mais ou novos estudos, mas apenas de implementar medidas concretas para que a lei de bases, aprovada por unanimidade, ou o Programa de Acção Florestal, aprovado já este ano pelo Governo, passem rapidamente ao terreno. As pessoas estão fartas de mais estudos e de mais diagnósticos. Trata-se, finalmente, de passar à acção.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A terminar, duas notas finais.

Pela nossa parte, este foi um debate diferente do normal.

Registamos a postura do Partido Socialista: há vários dias, o Dr. Ferro Rodrigues teve uma postura responsável

pelo que disse publicamente perante as televisões; hoje, neste debate, a postura do PS foi completamente diferente e oposta àquilo que o Dr. Ferro Rodrigues apregoou publicamente, ou seja, quando teve uma postura responsável, pelo que o cumprimento. Aqui chegados, o PS não resistiu à tentação de fazer combate político e partidário. Se a demagogia vingasse, se a demagogia apagasse fogos, verdadeiramente não havia área ardida, Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso é que aqui fizemos a diferença. Quisemos estar neste debate tal como os portugueses têm estado na sociedade ao longo destas duas semanas: num sentimento de unidade, de compromisso e de solidariedade. É muito mais importante sublinhar neste momento o que nos une do que aquilo que nos divide. Daí o esforço dado para a viabilização, num consenso que julgamos útil e importante, da proposta apresentada pelo PCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, o seu tempo esgotou-se.

O Orador: — Este não é um tempo de desistir. Este é um tempo de reconstruir, de fazer melhor e de fazer diferente no futuro, num sentimento de consenso e, tanto quanto possível, de unidade do País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados, já fiz circular pelas bancadas o projecto de deliberação n.º 24/IX, por mim subscrito. Conforme salientei, recolhe das diversas iniciativas apresentadas pelos grupos parlamentares aquilo que me parece susceptível de ser aprovado unanimemente.

Suponho, pois, que estamos em condições de votar o projecto de deliberação n.º 24/IX — Pesar e solidariedade perante a calamidade nacional motivada pelos fogos florestais.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Assim se concluem, auspiciosamente, em termos de afirmação da nossa solidariedade para com as vítimas desta grande calamidade, os trabalhos da Comissão Permanente.

Conforme está já estipulado, a próxima reunião da Comissão Permanente terá lugar no dia 3 de Setembro. Será uma reunião ordinária, com todos os requisitos correspondentes.

Até lá, faço votos para que as férias dos membros do Parlamento que as gozam sejam felizes e, sobretudo, que as condições permitam uma rápida ultrapassagem desta verdadeira tragédia nacional, que são os fogos florestais.

Está encerrada a reunião.

Eram 18 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados que faltaram à reunião:

Partido Popular (CDS-PP):

João Rodrigo Pinho de Almeida

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85



IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

PREÇO DESTES NÚMEROS (IVA INCLuíDO 5%)

€ 1,60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa.